

**EDITAL DA CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 11.002/2026**  
**Proc. Administrativo 12.951/2026**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**, através de sua **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**, doravante denominada SEINFRA/PMJP, pessoa jurídica de direito público, constituída sob a forma administrativa direta, com sede na Av. Rio Grande do Sul, n.º 721, CEP 58.030-020, Telefone (083) 3213-6605, no Bairro dos Estados, na Cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, por meio do Agente de Contratação, nomeado por ato do Sr. Prefeito, por meio da Portaria nº 02/2024, datada de 21 de junho de 2024, de conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Decreto Nº 10.242, de 03 de Fevereiro de 2023 que Regulamenta a Lei N.º 14.133, de 01 de Abril de 2021 quanto aos Critérios para a Execução de Obras e Serviços de Engenharia; Decreto Nº 10.534, de 29 de Dezembro de 2023 que acrescenta Dispositivos ao Decreto Municipal N.º 10.242, de 03 de Fevereiro de 2023; Decreto Nº 10.372, de 06 de Setembro de 2023 que Regulamenta os Procedimentos Licitatórios e os Regimes de Empreitada a Que Se Refere a Lei Nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, Lei Ordinária Nº 14.781, de 09 de Maio de 2023 que Regulamenta o § 3º do Art. 8º da Lei Nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, e Dispõe Sobre as Regras para a Atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, o Funcionamento da Comissão de Contratação e a Atuação dos Gestores e Fiscais de Contratos, no Âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de João Pessoa-PB e Dá Outras Providências; assim como demais legislações aplicáveis, torna pública a realização da Concorrência já citada, no dia 18 de agosto de 2026, às 10 (dez) horas, no retro mencionado local e endereço, objetivando a **Contratação Integrada de Empresa especializada em Engenharia para a execução dos serviços do sistema de drenagem pluvial do Bairro do Esplanada, no Município de João Pessoa/PB**, descritas no instrumento convocatório e nas condições por ele fixadas e seus Anexos.

## **1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

### **Objeto**

Trata-se de Contratação Integrada para Contratação Integrada de Empresa especializada em Engenharia para a execução dos serviços do sistema de drenagem pluvial do Bairro do Esplanada, no Município de João Pessoa/PB, em plenas condições operacionais, conforme parâmetros e diretrizes estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar.

Dados de identificação do empreendimento:

Solicitante: Prefeitura Municipal de João Pessoa

#### **1.1 Modelagem da Licitação(TR)**

CONCORRÊNCIA – CONDUZIDA POR AGENTE DE CONTRATAÇÃO + EQUIPE DE APOIO;

LP - SERÁ RESPONSABILIDADE DA SEINFRA;

FORMA: PRESENCIAL (SESSÃO GRAVADA EM ÁUDIO E VÍDEO);

ÂMBITO: NACIONAL;

PARTICIPAÇÃO: DE FORMA ISOLADA OU EM CONSÓRCIO;

SERÁ EXIGIDA GARANTIA DE PROPOSTA (1% DO VALOR DO ORÇAMENTO BASE);

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO (TOTAL DA PLANILHA - MENOR PREÇO GLOBAL)

VALOR BASE: DIVULGADO.

MODO DE DISPUTA: FECHADO E ABERTO.

ETAPAS: 1ª- PROPOSTA COMERCIAL (FOCO FINAL NA ANÁLISE DE EFETIVIDADE DA PROPOSTA; 2ª- (HABILITAÇÃO DO DETENTOR DA MELHOR OFERTA).

IMPORTANTE: (\*) após a fase de disputa aberto haverá a verificação da efetividade do lance ou Proposta, pelo Agente de Contratação e equipe técnica.

O Rito da Licitação observa a sequência do Art. 59 a 61 da Lei nº 14.133/2021, regra geral, ou seja, o racional operacional considera em primeiro lugar a etapa de Proposta; julgamento; a análise de sua efetividade, desempate, negociação e após vencida essa etapa, será analisada a habilitação do detentor da Proposta que represente o menor valor.

Para análise da efetividade técnica (Art. 59 inc. II da Lei nº 14.133/2021), o Licitante deverá apresentar, para as obrigações de resultado conforme estabelecido neste EDITAL, sua solução, de forma simplificada para as obras que permitam “obrigações de resultado”.

Observada a possibilidade de adoção de medidas de saneamento de falhas destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades formais inclusive para complementar a instrução do processo; será desclassificada a Proposta que descumpra as condições técnicas constantes estabelecidas por este EDITAL, no Anteprojeto, notadamente as regras das soluções ofertadas por esse Licitante, nas obrigações de resultado, isto é, para as frações do objeto estabelecidas neste EDITAL com relação às quais haverá liberdade para a Contratada inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto.

A verificação de efetividade recairá exclusivamente em relação a Proposta do primeiro classificado provisoriamente e detentor da Proposta de menor preço.

## II DO CONTRATO

REGIME DE EXECUÇÃO: CONTRATAÇÃO INTEGRADA.

PAGAMENTO: PERCENTUAIS SOBRE PREÇO GLOBAL POR MARCO CONFORME CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

MATRIZ DE RISCO

BIM.

PRAZOS: DE EXECUÇÃO 06 MESES

SUBCONTRATAÇÃO PREVISTA: ATÉ 30% DO VALOR DO CONTRATO.

## 1.2 OBJETIVOS

Considerando a modelagem eleita, a presente Licitação sob a égide da Lei nº 14.133/2021 visa garantir a eficiência e a eficácia nas contratações públicas e a competitividade entre os Licitantes; promover a troca de experiências e tecnologias em busca da melhor relação entre custos e benefícios para o setor público; incentivar a inovação tecnológica; assegurar a seleção da Proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a SEINFRA, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; assegurar tratamento isonômico entre os Licitantes, bem como a justa competição; evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos Contratos; e incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

## 1.3 AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO

A condução desta Concorrência estará a cargo de Agente de Contratação e Equipe de Apoio, sendo de responsabilidade do Agente de Contratação:

1.3.1 tomar decisões em prol da boa condução da Licitação;

1.3.2 conduzir e coordenar a sessão pública da Licitação e promover as seguintes ações:

- a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao EDITAL e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;
  - b) verificar a conformidade da Proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no EDITAL;
  - c) verificar e julgar as condições de habilitação;
  - d) sanar erros ou falhas que não alterem a substância das Propostas; e
  - e) encaminhar à comissão de contratação, quando for o caso, os documentos de habilitação, caso se verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica conforme o disposto no § 1º do art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021;
  - f) negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado;
  - g) indicar o vencedor do certame;
  - h) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
  - i) encaminhar o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e para homologação,
- 1.3.3 O Agente de Contratação será auxiliado, na fase externa, por Equipe de Apoio, e responderá individualmente pelos atos que praticar, exceto quando induzido a erro pela atuação da equipe.

## 1.4 DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

1.4.1 O EDITAL e seus anexos, e a manutenção de seu inteiro teor, estarão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP no endereço [https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo\\_Proposta&pagina=1](https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_Proposta&pagina=1). Estarão igualmente disponíveis no PNCP todos os atos exigidos pela Lei nº 14.133/2021 para a realização desse processo de contratação.

1.4.2 O EDITAL e seus anexos estarão, ainda, disponíveis no sítio da PMJP no endereço: <http://transparencia.joaopessoa.pb.gov/licitacoes>.

1.4.3 As publicações dos avisos acerca dos processos licitatórios realizados na Secretária de Infraestrutura de João Pessoa –SEINFRA encontram-se no Diário Oficial Municipal fornecido no sítio da PMJP no endereço: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/doe-jp/>

## 1.5 PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

Os esclarecimentos de dúvidas quanto ao EDITAL e seus Anexos deverão ser solicitados no e-mail oficial da comissão: [cslseinfra23@gmail.com](mailto:cslseinfra23@gmail.com), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das Propostas.

1.5.1 A resposta ao pedido de esclarecimentos será divulgada nos sítios eletrônicos oficiais acima referenciados (itens 1.4.1 e 1.4.2) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando as empresas interessadas em participar do certame, obrigadas a acessarem o endereço para a obtenção das informações prestadas.

Esclarecimentos relativos a presente Licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, somente serão prestados quando solicitados por escrito, conforme aqui estabelecido.

## 1.6 IMPUGNAÇÃO

1.6.1 A impugnação do EDITAL deverá ser dirigida ao Agente de Contratação, mediante petição a ser enviada no e-mail oficial da comissão: [cslseinfra23@gmail.com](mailto:cslseinfra23@gmail.com), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das Propostas.

1.6.2 A resposta às impugnações será divulgada nos sítios eletrônicos oficiais sendo Portal da Transparência do Município de João Pessoa no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando as empresas interessadas em participar do certame, obrigadas a acessarem o endereço para a obtenção das informações prestadas.

1.6.3 Eventuais modificações no EDITAL implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das Propostas.

## 1.7 ORÇAMENTO BASE SEINFRA/PMJP

1.7.1 O Valor Orçado pela SEINFRA/PMJP nominado Orçamento Base é de **R\$ 9.796.914,42 (nove milhões, setecentos e noventa e seis mil, novecentos e quatorze reais e quarenta**

**e dois centavos) incluindo BDI**, conforme a PLANILHA DE ORÇAMENTO RESUMO DA SEINFRA/PMJP (anexa a este EDITAL - VER ANEXO), é valor máximo a ser admitido para os efeitos de classificação final da Proposta e de contratação. Portanto, não se contrata acima do Orçamento Base.

- a) A PLANILHA DE ORÇAMENTO RESUMO DA SEINFRA/PMJP abrange de forma global o Anteprojeto apresentado.
- b) Este valor orçado pela SEINFRA/PMJP será considerado na aplicação dos critérios de avaliação da inexecutabilidade e aceitabilidade da Proposta.
- c) Não serão aceitas Propostas com ofertas parciais.

## 1.8 OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1.8.1. Os recursos orçamentários e financeiros decorrentes para a execução do objeto desta Licitação serão os seguintes:

<b>Classificação Funcional:</b>	11000.11101.15.451.5099.111621
	11000.11101.17.451.5099.111063
<b>Natureza da despesa:</b>	44.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES
<b>Fonte de Recursos:</b>	1.5.00 – Recursos não vinculados de impostos
	1.7.00 – Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União

## 1.9 DILIGÊNCIAS, ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES E SANEAMENTO DE FALHAS

1.9.1 Está facultado ao Agente de Contratação, em qualquer fase da Licitação, promover/ acionar as diligências que entender necessárias.

a) É facultado ao Agente de Contratação, em qualquer fase da Licitação, desde que não seja alterada a substância da Proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades da Proposta, na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

b) Quando verificada a presença de vício insanável poderá ocorrer o afastamento de Licitante.

c) O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do Licitante ou a compreensão do conteúdo de sua Proposta não importará seu afastamento da Licitação ou a invalidação do processo;

1.9.2 Para comprovação da veracidade das informações apresentadas por Licitante, fica reservado ao Agente de Contratação da SEINFRA o encaminhamento à comissão de contratação, quando for o caso, os documentos de habilitação, caso se verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica conforme o disposto no § 1º do art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.9.3 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo Licitante e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame (1ª sessão pública);
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das Propostas.
- c) É lícita a admissão da juntada de documentos, durante as fases de classificação ou de habilitação que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, sem que isso represente afronta aos princípios da isonomia e da igualdade entre os Licitantes, nos termos do art. 64, incs. I e II da Lei nº 14.133, de 2021; e julgados do TCU a exemplo do Acórdão 1211/2021 Plenário, que não entende como documento novo aquele que, ainda que juntado depois, comprova condição preexistente à abertura da sessão pública.

1.9.4 Na análise dos documentos de habilitação poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

1.9.5 Assim a veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados pelo Licitante são de sua responsabilidade, sujeitando-se às sanções previstas nas legislações civil, administrativa e penal.

1.9.6 Os esclarecimentos e as informações prestadas por quaisquer das partes, serão sempre por escrito; e estarão, a qualquer tempo, com vistas franqueadas no processo da Licitação.

1.9.7 As normas disciplinadoras deste EDITAL SEINFRA serão sempre interpretadas em favor da ampliação da competição, sempre observando o princípio da razoabilidade, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade perseguida e a segurança da contratação.

## **2 DO OBJETO: Contratação Integrada de Empresa especializada em Engenharia para a execução dos serviços do sistema de drenagem pluvial do Bairro do Esplanada, no Município de João Pessoa/PB.**

### **2.1 ESCOPO DOS TRABALHOS**

2.2.1 O escopo dos trabalhos compreende a Contratação Integrada de Empresa especializada em Engenharia para a execução dos serviços do sistema de drenagem pluvial do Bairro do Esplanada, no Município de João Pessoa/PB, conforme especificações contidas nos Anexos segundo discriminação abaixo que fazem parte integrante do presente EDITAL.

ANEXO I	JUSTIFICATIVAS
ANEXO II	ANTEPROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO
ANEXO III	LISTAGEM DAS OBRIGAÇÕES DE MEIO E OBRIGAÇÕES DE RESULTADO
ANEXO IV	ORÇAMENTO BASE DA SEINFRA - PLANILHA DE ORÇAMENTO RESUMO
ANEXO V	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
ANEXO VI	LICENÇA PRÉVIA –
ANEXO VII	MATRIZ DE RISCO



- ANEXO VIII MINUTA DE CONTRATO E MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO
- ANEXO IX DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO DE PARTICIPAR DA PRESENTE CONCORRÊNCIA
- ANEXO X DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DAS OBRAS E SERVIÇOS, DA NATUREZA E DO ESCOPO DOS MESMOS
- ANEXO XI DECLARAÇÃO E COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - SOMENTE PARA CONSÓRCIOS COMPOSTOS, EM SUA TOTALIDADE, DE MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS
- ANEXO XII DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
- ANEXO XIII CARTA PROPOSTA
- ANEXO XIV DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DA PROPOSTA
- ANEXO XV TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME
- ANEXO XVI DECLARAÇÃO NEGATIVA DE MANUTENÇÃO DE VÍNCULO DE QUALQUER NATUREZA
- ANEXO XVII DECLARAÇÃO QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
- ANEXO XVIII DECLARAÇÃO QUE A PROPOSTA DE PREÇOS COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS
- ANEXO XIX DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DE RESPONSÁVEL TÉCNICO
- ANEXO XX DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DAS VEDAÇÕES ESTABELECIDAS NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
- ANEXO XXI DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO
- ANEXO XXII DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS
- ANEXO XXIII DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL.
- ANEXO XXIV DECLARAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO.
- ANEXO XXV DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO DE ÍNICIO DAS OBRAS
- ANEXO XXVI DECLARAÇÃO SOBRE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE MADEIRA DE ORIGEM EXÓTICA, OU DE ORIGEM NATIVA DE PROCEDÊNCIA LEGAL.
- ANEXO XXVII DECLARAÇÃO DE INTERDIÇÃO POR CRIMES AMBIENTAIS
- ANEXO XXVIII DECLARAÇÃO ANTI CORRUPÇÃO
- ANEXO XXIX DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA
- ANEXO XXX DECLARAÇÃO QUE NÃO UTILIZA MÃO DE OBRA ANÁLOGA À TRABALHO FORÇADO OU COMPULSÓRIO
- ANEXO XXXI MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE.
- ANEXO XXXII CARTA DE FIANÇA – GARANTIA DE PROPOSTA

ANEXO XXXIII	PRORROGAÇÃO - CARTA DE FIANÇA – GARANTIA DE PROPOSTA
ANEXO XXXIV	SEGURO GARANTIA EXECUTANTE – GARANTIA DE PROPOSTA
ANEXO XXXV	CARTA DE FIANÇA – GARANTIA DE CONTRATO
ANEXO XXXVI	PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE CONTRATO POR CARTA DE FIANÇA
ANEXO XXXVII	SEGURO GARANTIA EXECUTANTE – GARANTIA DE CONTRATO
ANEXO XXXVIII	TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS NATUREZA PATRIMONIAIS DOS PROJETOS BÁSICOS EXECUTIVOS – SEM LIMITE TEMPORAL.

2.2.2 Conceituam-se obrigações de resultado, as frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para a Contratada inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto.

2.2.3 Conceituam-se obrigações de meio, as frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para a Contratada inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto.

2.2.4 As obrigações de meio assim como as obrigações de resultado encontram-se estabelecidas no ANEXO II ANTEPROJETO E LISTAGEM DAS OBRIGAÇÕES DE MEIO E OBRIGAÇÕES DE RESULTADO.

#### 2.2.5 LICENÇA AMBIENTAL PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS

A obra possui a Licença Prévia – n. 2421-24-JP-LAP , conforme cópia que instrui o processo licitatório. (VER ANEXO)

As Licenças de Instalação e de Operação serão obtidas de modo compartilhado, cabendo a Contratada elaborar toda a documentação para a obtenção das licenças e será de responsabilidade da SEINFRA o protocolo no órgão ambiental competente e seu acompanhamento.

Os licenciamentos ambientais de obras e serviços de engenharia terão prioridade de tramitação no órgão ambiental competente.

#### 2.2.6 O REGIME DE EXECUÇÃO – CONCEITOS

Para a execução indireta do objeto, será adotado o regime de contratação integrada.

A contratação integrada é “regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que a Contratada é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto” (art. 6º XXXII Lei 14.133/2021).

É uma contratação restrita a obras e serviços de engenharia, cuja solução onde permitido é do Licitante - quando se tratar de obrigações de resultado - e requer a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo pela Contratada, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais



operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, adotada neste caso, porque o objeto permite e é desejável a execução das obras para a execução das obras de **implantação do Sistema de Drenagem Pluvial do Bairro do Esplanada, no Município de João Pessoa/PB**, com metodologias ou tecnologias não vislumbradas pela SEINFRA, buscando-se a aplicação de soluções de eficiência e de inovação tanto para as obras de Ampliação como para as Reformas, desde que sejam frações classificadas como obrigações de resultado.

Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo Contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no EDITAL e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral da Contratada pelos riscos associados ao projeto básico. (ART. 46, 3º, Lei 14.133/2021).

O projeto executivo também será de responsabilidade da Contratada.

O EDITAL disponibiliza anteprojeto de engenharia, com elementos técnicos que permitem a caracterização da obra e a elaboração e comparação, de forma isonômica, das Propostas a serem ofertadas pelos interessados. É de estar registrado que haverá partes do anteprojeto mais precisas e outras menos detalhadas. O Anexo II ao definir as listas de obrigações de meio e as obrigações de resultado, está identificando essa precisão (meio) ou não (resultado).

Assim, espera-se que as Propostas a serem apresentadas se valham das melhores técnicas para execução do objeto, desde a elaboração dos projetos até a efetiva execução das obras de **implantação do Sistema de Drenagem Pluvial do Bairro do Esplanada, no Município de João Pessoa/PB**.

Para tanto, fica estabelecido que para a elaboração dos projetos Básico e Executivo, a Contratada deverá se valer, de forma obrigatória, a adoção da metodologia Building Information Modelling – BIM ou Modelagem da Informação da Construção que se constitui de um conjunto de tecnologias e processos integrados que permite a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de uma construção, de modo colaborativo, que sirva a todos os participantes em qualquer etapa do ciclo de vida do empreendimento.

Quando as características técnicas do empreendimento objeto desta Concorrência não comportarem uma ou mais disciplinas dos modelos de arquitetura, urbanismo e engenharia, a aplicação do BIM poderá se restringir às disciplinas compatíveis com as do empreendimento.

### 3 DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

3.1 Poderá participar desta Concorrência qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País, que atenda às exigências deste EDITAL e seus Anexos, cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame e que satisfaçam as condições deste instrumento convocatório.

3.2 Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em Consórcio de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência anexo a este edital.

3.3. **Não poderão participar direta ou indiretamente desta Licitação, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:**

3.3.1 Autor do anteprojeto, pessoa física ou jurídica, por se constituírem em elementos técnicos

fundamentais de Licitação que versam sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

a) A critério da SEINFRA e exclusivamente a seu serviço, o autor do anteprojeto poderá participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da Licitação ou de gestão do Contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos da SEINFRA.

b) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.3.2 pessoa física ou jurídica que se encontre ao tempo desta Concorrência, impossibilitada de participar da Licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

a) Este impedimento será extensivo ao Licitante que possuir pendências no Cadastro Municipal de Empresas Inidôneas e Suspensas – CMEIS, nos termos do Decreto Municipal nº 9.281, de 29 de janeiro de 2019.

b) Este impedimento será também aplicado ao Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do Licitante.

3.3.3 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na Licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.3.4 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.3.5 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do EDITAL, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.3.6 Agente público da SEINFRA;

a) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da SEINFRA, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4 O disposto neste artigo não impede a Licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo da Contratada a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas.

3.5 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o Licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se o fornecimento de bens e serviços a estes necessários.

3.5.1 Aplica-se o teor do item 3.5 aos agentes de contratação.

3.6 Independente de diligências que o Agente de Contratação venha a fazer, o Licitante deverá declarar que não se encontra impedido de participar desta Concorrência SEINFRA ou de ser contratado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa. (VER ANEXO)

3.7. A participação na presente Licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste EDITAL e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

#### **4 DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO**

4.1 Considerando o porte da obra e a necessidade de serviços especializados, será permitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio, limitado a até duas empresas.

4.2. O consórcio deverá atender às exigências previstas na Lei nº 14.133/2021, apresentando:

- Termo de Compromisso público ou particular de constituição de consórcio;
- Documentação das duas empresas que iram se reunir em consórcio para fins de credenciamento e habilitação.
- Indicação da empresa líder;
- Definição das responsabilidades de cada empresa consorciada;
- Percentuais de participação societária;
- A empresa líder responderá perante a Administração por todos os atos do consórcio;

4.3. As empresas consorciadas responderão solidariamente pelas obrigações decorrentes da licitação e do contrato;

4.4 Estará impedida de participar do Consórcio a empresa na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada, além das demais vedações previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5. A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao Consórcio, assim como por representar o Consórcio junto a SEINFRA.

4.6. Os integrantes do Consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo Consórcio, tanto na fase de Licitação quanto na de execução do Contrato.

4.7. Não será admitida a participação de empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico em Consórcios distintos.

4.9 Empresas especializadas, na condição de fornecedora de bens, ou ainda, que venham eventualmente a ser subcontratadas, exclusivamente para a realização de serviços acessórios ou complementares à realização do objeto, poderão compor as ofertas de mais de um Licitante.

4.10. Não será permitida a modificação da composição do Consórcio ou a substituição de consorciado até a conclusão do objeto do certame, ressalvada, se permanecerem as condições de habilitação.

a) A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada a SEINFRA e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos

quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o Contrato.

4.11. As pessoas jurídicas que participarem em Consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos de habilitação jurídica, termo de compromisso de constituição do Consórcio, por escritura pública ou documento particular subscrito por todas, contendo:

4.12. A designação do Consórcio, a indicação da participação nesta Licitação e execução do Contrato dela decorrente como seu objeto e o endereço em que está estabelecido.

4.13. A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do Consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado.

4.14. A indicação da empresa líder como representante do Consórcio, obrigatoriamente uma empresa de engenharia.

4.15. Cláusula de solidariedade, nos termos deste EDITAL e da legislação.

4.16. O prazo do Consórcio, que deve, no mínimo, ser 180 (cento e oitenta) dias superior à data de conclusão do objeto da Licitação, admitindo-se cláusula de prorrogação.

4.17. Cada um dos membros do Consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, notadamente as exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, e apresentar as declarações exigidas no EDITAL.

4.18. As empresas consorciadas poderão somar os seus atestados para atendimento das exigências de qualificação técnica, os quais poderão ser apresentados em nome de qualquer consorciada, independentemente da sua cota de participação no Consórcio, na forma prevista neste EDITAL.

4.19. Cada consorciado deverá atender individualmente às exigências de qualificação econômico-financeira, salvo a comprovação de patrimônio líquido mínimo, que poderá ser atendida pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, na forma prevista neste EDITAL.

4.20. O Licitante vencedor, se constituído sob a forma de Consórcio, deverá apresentar, antes da celebração do Contrato decorrente desta Licitação, o instrumento de constituição e os registros do Consórcio nos órgãos competentes nos exatos termos do §3º do art. 15 da Lei 14.133/2021 e dos arts. 278 e 279 da Lei 6.404/1976.

4.21. Será permitido o pagamento diretamente a qualquer uma das empresas que integram o Consórcio, desde que tal preferência esteja expressamente manifestada no termo de constituição do Consórcio, respeitada a proporcionalidade estabelecida no termo de compromisso de constituição do Consórcio.

## **5 DA SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. Será permitida a subcontratação para a execução dos trabalhos sob o Contrato consequente desta Concorrência, sendo o valor máximo admitido para o total de subcontratações de 30 % (trinta por cento) do valor do Contrato, e destinam-se exclusivamente para a realização de serviços acessórios ou complementares à realização do objeto

- 5.1.1. A subcontratação será permitida até o limite de 30% do valor total do contrato;
- 5.1.2. É vedada a subcontratação da parcela principal do objeto;
- 5.1.3. Toda subcontratação deverá ser previamente aprovada pela CONTRATANTE;
- 5.1.4. Para solicitar anuência, a CONTRATADA deverá apresentar:
- Natureza da subcontratação;
  - Dados da subcontratada;
  - Prazo;
  - Quadro de funcionários e equipamentos;
  - Descrição dos serviços e valores.
- 5.1.5. A CONTRATADA permanece integralmente responsável pela execução, qualidade, compatibilidade e supervisão dos serviços subcontratados;
- 5.1.6. Não haverá vínculo entre a Administração Pública e a subcontratada.

## **6 DA VISITA TÉCNICA**

- 6.1. A visita técnica para conhecimento pleno das áreas de execução da obra e serviços, para inteirar-se de todos os aspectos referentes à sua execução, é facultada ao Licitante, quando realizada, deverá ser por representante indicado expressamente pela empresa, com o acompanhamento de servidor público designado para essa finalidade.
- 6.2. A visita deverá ser agendada com antecedência junto à SEINFRA pelo e-mail: cslseinfra2023@gmail.com e deverá ocorrer, no máximo, até o dia útil anterior a abertura da Proposta.
- 6.2.1 As visitas poderão ser realizadas por qualquer responsável indicado pelo Licitante.
- 6.2.2 Recomenda-se que as visitas sejam realizadas pelo responsável técnico do Licitante perante o CREA, ou pelo profissional indicado por está para desempenhar a função de responsável técnico pela obra, objeto da presente Concorrência ou ainda por outro profissional competente com habilitação legal indicado para integrar a equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.
- 6.2.3 Para todos os efeitos, considerar-se-á que o Licitante tem pleno conhecimento da natureza e do escopo das obras, dos serviços e dos fornecimentos, das condições hidrológicas e climáticas que possam afetar sua execução e dos materiais necessários para que sejam utilizados durante a construção e das distâncias e dos acessos aos locais onde serão realizadas as obras e os serviços. Não poderá o Licitante alegar posteriormente a insuficiência de dados e/ou informações sobre os locais e as condições pertinentes ao objeto do Contrato.
- 6.3. Realizada ou não a visita técnica, o Licitante deverá, para fins de qualificação técnica, declarar que tem conhecimento pleno dos locais e das condições em que deverá ser executada a obra, nos moldes da declaração constante de Anexo deste EDITAL.
- 6.3.1 Se os Licitantes optarem por realizar vistoria prévia, a SEINFRA disponibilizará data e horário diferentes para os eventuais interessados.

## **7 REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA E DO CREDENCIAMENTO**



7.1 A realização da sessão pública será realizada na Sala de Licitação da SEINFRA/PMJP, na Av. Rio Grande do Sul, n.º 721, Bairro dos Estados, na Cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, às 10 horas, do dia 18 de agosto de 2026.

7.2. O Credenciamento é ato condicionante ao recebimento da Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação e Proposta de Preço, e a participação do Licitante na sessão pública.

7.2.1 A não apresentação ou incorreção dos documentos elencados por este item 7 não inabilitará o Licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e de responder pela empresa/Consórcio.

7.3 O Licitante deverá apresentar, para credenciamento junto a Equipe de Apoio do Agente de Contratação, no horário e local estabelecidos acima, a indicação de seu preposto para representá-lo durante os trabalhos de abertura dos mesmos, observado o que segue:

7.3.1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos, conforme o caso:

a) tratando-se de representante legal: registro comercial, estatuto social ou Contrato social em vigor, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, respondendo pelo Licitante durante os trabalhos da Licitação.

b) tratando-se de procurador: o instrumento de procuração público ou particular com firma reconhecida, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recurso e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento dentre os indicados na alínea “a” anterior, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

7.3.2 - O representante legal e o procurador deverão exibir documento oficial de identificação que contenha foto.

7.3.3 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada Licitante credenciado.

7.3.4. Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada com procuração legal, poderá representar mais de um Licitante.

7.4 Em se tratando de Consórcio formado exclusivamente por microempresa e/ou empresa de pequeno porte, o Licitante deverá declarar tal condição, sob as penas da lei, de acordo com o modelo que integra Anexo (VER ANEXO Declaração e Comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte), conforme seu enquadramento aos comandos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

7.4.1 Essa informação será utilizada somente para que o Consórcio não tenha que comprovar acréscimo sobre o valor exigido de Licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

7.4.2 Os benefícios a que se referem os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 não serão aplicados a esta Concorrência, nos exatos termos do Art. 4º, § 1º, inc. II da Lei 14.133/2021.

7.4.3 Licitante na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, de forma isolada ou em Consórcio, poderão participar desta Concorrência nos termos do EDITAL, contudo não poderão auferir dos benefícios assegurados pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, decorrentes dos arts. 42 a 49.

7.5 O Licitante deverá apresentar, ainda, a Declaração de Não Impedimento de Participar da Presente Concorrência (vide anexo).



7.5.1 O Agente de contratação verificará se o Licitante atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

Cadastro de Fornecedor da PMJP;

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

a) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa Licitante, todas as empresas em caso de Consórcio, e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

b) Caso conste na Consulta de Situação do Licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

c) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

d) O Licitante será convocado para manifestação, previamente a uma eventual desclassificação.

7.6 - A ausência do Credenciado em qualquer momento da sessão não importará na automática exclusão do Licitante por ele representado, salvo manifestação em contrário e expressa do Agente de Contratação, tomando em conta o comprometimento da sequência do certame.

7.6.1 - Se o Licitante não estiver representado em algum momento abdica “ipso facto” do direito de fazer lance e, principalmente, de recorrer dos atos do Agente de Contratação, segundo corresponda.

7.6.2 - As rotinas de credenciamento serão executadas por integrantes da Equipe de Apoio do Agente de Contratação.

7.7 - Declarada encerrada a fase de credenciamento, pelo Agente de Contratação, não mais serão admitidos novos Licitantes, dando-se início, no horário pré-determinado, ao recebimento do comprovante sobre a Garantia de Proposta de que trata o item 8 a seguir e o recebimento da Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação e dos Envelopes “01” contendo a Proposta de Preço, nos exatos termos deste EDITAL.

## 8. GARANTIA DE PROPOSTA

8.1 Será exigida, na sequência ao momento do credenciamento e quando da apresentação da Proposta, a comprovação do recolhimento da quantia de **R\$ 97.969,14 (noventa e sete mil, novecentos e sessenta e nove reais e quatorze centavos) a título de garantia de Proposta no percentual de 1% do valor base da licitação**, como requisito de pré-habilitação, conforme previsão estabelecida pelo Art. 58 da Lei 14.133/2021.

8.2 Caberá ao Licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

8.2.1 caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante

registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

8.2.2 seguro-garantia; (VER ANEXO)

8.2.3 fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil. (VER ANEXO)

8.2.4 título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total;

8.3 Quando a garantia for realizada através de seguro-garantia, a mesma deverá ser emitida por instituição devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e quando se tratar de fiança bancária junto ao Banco Central do Brasil, conforme dispõe o Acórdão TCU Nº 498/2011 – Plenário.

8.4 A garantia quando em dinheiro poderá ser realizada por meio de transferência identificada de fundos ou depósito, realizado pelo Licitante para a Conta Bancária nº014791-5, Agência nº 1618-7, Banco do Brasil, de titularidade da PMJP, a qual deverá ser atualizada monetariamente.

8.5 A garantia quando realizada em título de capitalização será custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total; estando regulamentado pelo Decreto-lei nº 261/1967, Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 384/2020 e Circular Susep nº 656/2022; e comercializado por Sociedades de Capitalização autorizadas.

8.6 Qualquer que seja a modalidade escolhida, a validade da garantia deverá abranger, um período de pelo menos 3 (três) meses a partir de sua apresentação ao Agente de Contratação.

8.7 A garantia de Proposta será devolvida aos Licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do Contrato ou da data em que for declarada fracassada a Licitação.

8.8 Implicará em execução do valor integral da garantia de Proposta a recusa em assinar o Contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

8.9 Não serão abertos os envelopes que contenham a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação e das Propostas de Preço, em caso do não atendimento ao recolhimento da garantia de Proposta, permanecendo fechados em poder do Agente de Contratação, sendo devolvidos ao correspondente Licitante após a assinatura do Contrato ou da data em que for declarada fracassada a Licitação.

## **9. DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO.**

9.1 Na elaboração e apresentação da Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação e das Propostas de Preço, os Licitantes deverão observar as instruções aqui dispostas.

9.2 A Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação deverá observar o modelo constante de Anexo do EDITAL. (VER ANEXO)

9.2.1 A Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação será entregue em envelope distinto ao da Proposta de Preços.

9.3 A Proposta de Preços consiste na Carta Proposta e na Declaração de Conformidade, observado

os modelos constantes de Anexos ao EDITAL. (VER ANEXO)

9.3.1 O Licitante deverá, sem cometer rasuras ou emendas, preencher, datar, carimbar e assinar a Carta Proposta, utilizando-se da folha que lhe é fornecida ou de impresso próprio do Licitante, cópia "ipsis-literis" do modelo.

9.3.2 O preço global a ser apresentado deverá estar grafado em Reais – R\$, com duas casas decimais.

a) No modelo disponibilizado por este EDITAL deverá ser apresentado o valor global correspondente a execução **dos serviços do sistema de drenagem pluvial do Bairro do Esplanada, no Município de João Pessoa/PB.**

9.3.3 No preço global deverão estar incluídos a mão-de-obra a ser empregada na execução plena das obras e serviços objeto desta Concorrência, inclusive projetos; autorizações e licenciamentos; o fornecimento de materiais equipamentos necessários, montagens, testes e provas de carga; todos os custos diretos e indiretos; bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI), custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e para a completa execução das obras de ampliação e reforma do para Execução dos Serviços do sistema de drenagem pluvial do Bairro do Esplanada, no Município de João Pessoa/PB.

a) Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

b) Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

c) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

d) A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anteprojeto e documentos técnicos, assumindo o Licitante o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.3.4 Ao elaborar sua Proposta de Preços, o Licitante deverá levar em conta a qualidade e as especificidades da obra requerida pela SEINFRA, os riscos de uma contratação integrada em especial as várias obrigações de resultado, a matriz de risco conforme Anexo a este EDITAL, condição essa ratificada pelos signatários Proposta do Licitante.

a) Ao apresentar sua Proposta, o Licitante deverá considerar que fica vedada a celebração de termos aditivos ao objeto Contrato que trata da execução das obras de **implantação do Sistema de Drenagem Pluvial do Bairro do Esplanada, no Município de João Pessoa/PB**, exceto se verificada uma das seguintes hipóteses, que são excepcionais:

I - para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

II - por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da SEINFRA, desde que não decorrente de erros ou omissões por

parte da Contratada observado os limites estabelecidos no art. 125 da Lei 14.133/2021;

III - por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da SEINFRA.

9.3.5 A Proposta de Preços deverá ser apresentada em apenas uma via física, sendo que seus documentos, deverão estar dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente e encadernados, de forma a não conter folhas soltas, nem tampouco rasuras ou emendas. A Proposta deverá estar devidamente assinada por quem tenha poderes para tanto, identificadas claramente a via “original” e a via “cópia”.

9.3.6 Para os efeitos da contagem da anualidade para a aplicação do reajuste de preços, os valores apresentados na Proposta de Preços se referem ao mês do Orçamento Base SEINFRA, ou seja: julho/2025 que será considerado como a "o mês de referência dos preços".

9.3.7 Os Envelopes “01”, contendo a Proposta de Preço deverão estar em um envelope fechado e indevassável, trazendo em seu exterior a identificação do Licitante, o número da Concorrência sob pena de não recebimento por parte do Agente de Contratação:

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL – SEINFRA-PMJP Nº 11.002/2026

ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇO

LICITANTE: \_\_\_\_\_

9.3.8 Não será permitida Proposta parcial.

## 10. PROCEDIMENTO

10.1. No dia, hora e local previstos no preâmbulo deste EDITAL, reunir-se-á o Agente de Contratação e Equipe de Apoio com o objetivo de realização da primeira sessão pública desta Concorrência.

10.1.1 - A sessão pública será gravada em vídeo e áudio para maior segurança jurídica em relação aos atos praticados durante a sessão pública, e a gravação será juntada aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento.

a) A gravação será comunicada a todos os presentes antes do início formal dos trabalhos.

10.2. O Agente de Contratação, nos termos do EDITAL, irá declarar abertos os trabalhos e que estará instalada a Sessão de Recepção dos Documentos Iniciais e dos Envelopes: “01”, fazendo registrar em Ata os nomes dos Licitantes presentes e seus correspondentes representantes, segundo corresponda.

10.2.1 Após ser declarado o encerramento de recebimento dos Envelopes pelo Agente de Contratação, nenhum outro será recebido, não cabendo ao Licitante, qualquer direito de reclamação.

10.2.2 Constatado no credenciamento impedimento de um Licitante de participar da presente Concorrência, este estará impedido de prosseguir no certame.

10.2.3 Serão verificadas as comprovações das garantias de Proposta apresentadas e na sequência abertos os invólucros contendo a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação dos Licitantes que atenderam as exigências contidas no item 8 anterior.

10.3. Uma vez atendidas as formalidades previstas acima, serão abertos os Envelopes “01” de todos os Licitantes, contendo a Proposta de Preços, desclassificando as Propostas que não apresentarem

os documentos exigidos no item 9 deste EDITAL.

10.3.1 Cada Licitante só poderá apresentar uma única Proposta. Verificando-se que qualquer Licitante apresentou mais de uma Proposta, será feita a exclusão de todas essas Propostas, sujeitando-se, ainda, o Licitante às sanções cabíveis.

10.3.2 O Agente de Contratação não levará em conta qualquer oferta ou vantagem não prevista neste EDITAL, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais Licitantes.

10.3.3 O modo de disputa "**Fechado e Aberto**" oferece a possibilidade de realizar uma análise prévia das propostas. Em decorrência, a pedido do Agente de Contratação, será permitido ao Licitante sanear falha(s) formal(is) relativa(s) à Propostas para a compreensão do conteúdo da Proposta o que não importará seu afastamento da Licitação ou a invalidação do processo.

10.3.4 Se o Agente de Contratação constatar que está(ao) ausente(s) informação(ões) fundamental(is) para a classificação da Proposta, após a aplicação do saneamento previsto neste EDITAL, esta será desclassificada do certame.

10.3.5 As Propostas iniciais serão classificadas de acordo com a ordem de vantajosidade pela ordem crescente dos valores globais a partir daquela que apresentar o menor valor.

10.3.6 Tomando em conta o modo de disputa adotado "**fechado e aberto**", serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, **o Licitante que apresentou a Proposta de menor valor e os das Propostas até 10% (dez por cento) superiores àquela.**

10.3.7 Quando não forem verificadas, no mínimo 03 (três) Propostas de preços nas condições definidas no item anterior, o Agente de Contratação classificará a melhor Proposta e as duas Propostas imediatamente superiores, quando houver, para que seus autores participem dos lances, quaisquer que sejam os valores globais oferecidos originalmente nas Propostas, observado o estabelecido no item a seguir.

10.3.8 Constatado empate entre 02 (duas) ou mais Propostas, serão levadas à etapa de lances as Propostas conforme segue:

a) As Propostas coincidentes com um dos três menores preços ofertados, se houver.

b) Após a seleção de Propostas, conforme itens anteriores, o critério de desempate a ser obtido para os fins da fase de disputa aberta será o sorteio com a finalidade única de estabelecimento da ordem das Propostas a ser observada na sequência dos lances, ou seja, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar lance dentre essas Propostas empatadas.

B1) Em caso de sorteio, o Licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

10.3.9 O Agente de Contratação convidará individualmente os Licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentarem lances, a partir do autor da Proposta classificada de maior valor global e os demais, em ordem decrescente de valor.

10.3.10 Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances pelos Licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos, decrescentes e inferiores à Proposta de



menor preço unitário ou o Licitante poderá optar por enviar lances intermediários conforme alínea “a” a seguir.

a) O Licitante poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo Agente de Contratação mas superior ao menor até então ofertado– dito como lances intermediários -, visando uma melhor disputa com vistas a segunda classificação.

b) O Licitante deverá observar o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**c) A redução mínima admissível para os lances é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil Reais).**

10.3.11 A desistência do Licitante em apresentar lance verbal, quando convocado, implicará sua exclusão da etapa de lances verbais e a manutenção do último valor por ele apresentado, para efeito de ordenação das Propostas, exceto no caso de ser o detentor da melhor

Proposta, hipótese em que poderá apresentar novos lances sempre que esta for coberta com a observância do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances.

10.3.12 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o Licitante desistente às penalidades previstas no item 19.1.4 deste EDITAL.

10.3.13 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

10.3.14 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as Propostas

selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores a partir da oferta de menor valor global, considerando-se para as selecionadas o último valor ofertado.

10.3.15 A critério do Agente de Contratação, em face do desenvolvimento da sessão, anunciará aos presentes, o período final de 10 (dez) minutos para encerramento da etapa de lances, resguardado o direito a lance de todos os Licitantes que estão participando do certame, obedecida à ordem de classificação.

10.3.16 Caso não se realizem lances será mantida a classificação original das Propostas estabelecida na fase de disputa fechada, nos termos do item 10.3.5 anterior.

10.3.17 Observado a condição de empate na primeira classificação, será realizada disputa final entre esses Licitantes empatados, que poderão apresentar nova Proposta fechada.

a) O Agente de Contratação concederá prazo de até 10 (dez) minutos, em função da necessidade do momento, para que os Licitantes detentores das Propostas empatadas apresentem ao Agente de Contratação Propostas fechadas, cujos envelopes - serão disponibilizados na própria sessão caso o Licitante desejar- com os novos valores globais.

10.3.18 Mantido o empate após a disputa final de que trata o item anterior, serão aplicados, na sequência a seguir estabelecida pelos próximos itens.

10.3.19 O Licitante deverá comprovar o desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.

a) serão consideradas ações de equidade, respeitada a seguinte ordem:

I - medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do Licitante;



II - ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

III - igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

IV - práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

V - programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

VI - ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

b) As ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho poderão preferencialmente ser comprovadas mediante apresentação do selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei nº 14.682 de 20/9/23.

10.3.20 Persistindo o empate o Licitante deverá comprovar que possui um programa de integridade, a ser analisado pelo órgão de controle interno.

10.3.21 Caso as regras previstas até aqui não solucionem o empate, será dada preferência:

- a) empresas estabelecidas no Estado da Paraíba;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.3.22 Caso a aplicação das regras anteriores não sejam suficientes para o desempate, o Agente de Contratação realizará sorteio, em Sessão Pública, numerando cada Licitante para que possa ser sorteado conforme procedimento a ser declarado aos presentes e conduzido pelo Agente de Contratação, o qual apresentará seu resultado oferecendo o formato do novo ordenamento, válido para todos os efeitos da Concorrência.

## 11 VERIFICAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS LANCES OU PROPOSTAS

11.1 Nos exatos termos do Art. 59 da Lei nº 14.133/2021, haverá a obrigatoriedade da verificação da efetividade da Proposta. Efetuado o julgamento dos lances/Propostas será verificada a efetividade somente daquela Proposta correspondente ao Licitante que ocupe provisoriamente a melhor classificação, desclassificando-se aqueles que:

- a) contenham vícios insanáveis;
- b) não obedeçam às especificações técnicas pormenorizadas no EDITAL;
- c) apresentem preços manifestamente inexequíveis ou permaneçam acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela SEINFRA, inclusive após diligências que visem constatar a efetividade da Proposta; não podendo haver desclassificação de proposta por inexequibilidade, sem que ao Licitante seja franqueada oportunidade de defendê-la e demonstrar sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo EDITAL; ou

e) apresentem desconformidade com quaisquer outras exigências do EDITAL, desde que insanáveis, isto é, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os Licitantes.

11.2 A verificação de Efetividade da Proposta recairá exclusivamente em relação ao lance e Proposta do primeiro classificado provisoriamente detentor da Proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a SEINFRA.

**11.3 Para o atendimento ao requisito de conformidade das propostas ao item 11.1 anterior (atendimento às especificações técnicas pormenorizadas estabelecidas pelo Edital) o Licitante deverá apresentar, no dia previsto pelo Agente de Contratação consignado em Ata de Sessão o prazo para apresentação da proposta ajustada ao lance final de forma física, bem como a ser encaminhada no e-mail [cslseinfra2023@gmail.com](mailto:cslseinfra2023@gmail.com).**

11.4 Em se tratando do VALOR TOTAL poderão ser consideradas Propostas inexecutáveis aquelas com valores globais inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela SEINFRA (Orçamento Base SEINFRA), observadas as condições estabelecidas pelo item 11.2.8 seguinte.

11.5 Antes de ter sua Proposta desclassificada por inexecutabilidade, ao Licitante será franqueada oportunidade de defendê-la e demonstrar sua capacidade de bem executar as obras e os serviços.

a) Para tanto, será concedido a esse Licitante, 1 (um) dia útil a partir da solicitação expedida pelo Agente de Contratação, prorrogável por igual período a pedido do Licitante, para que possa fazer uso da oportunidade de defesa de sua Proposta e demonstrar sua capacidade de bem executar as obras e os serviços.

b) O Licitante deverá demonstrar que o valor da Proposta é compatível com a execução do objeto licitado, em seu todo e suas fases, porém de modo especial no que se refere a itens de valor materialmente relevante e essenciais para a boa execução do objeto licitado que são aqueles obtidos pela curva ABC, mas sem se limitar a esses quando cabível/necessário, relativo aos custos dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos, sem prejuízo de outros argumentos e provas que possam vir a esclarecer/comprovar a exequibilidade da proposta.

B1) Para tanto, deverão ser apresentadas as composições de custos unitários e correspondentes custos, acompanhadas da origem desses valores e, quando os custos apresentados não tiverem procedência de Banco de Preços Oficiais, anexar cotações de mercado certificadas pelos fornecedores (ou outros documentos comprobatórios dos preços unitários ofertados). Quanto aos coeficientes de produtividades e de consumo apresentados informar o referencial técnico de origem, que seja reconhecido e de acesso público.

B2) A comprovação da exequibilidade deverá ser feita pelo Licitante mediante a apresentação de documentos idôneos que demonstrem os custos incorridos para a execução do objeto e, em regra, não serão aceitas provas unilaterais como declarações “*eu consigo fazer*” ou planilhas sem qualquer fundamentação da composição de custos e/ou valores/coeficientes/índices, elaboradas pelo próprio Licitante sem lastro documental. Em função do caso concreto poderão ser aceitos documentos diversos a esses elencados.

c) A análise de exequibilidade da Proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos

pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na Proposta.

d) O Agente de Contratação quando da solicitação poderá apontar itens de necessidades pontuais a serem atendidos pelo Licitante.

e) A não comprovação da exequibilidade da Proposta resultará em sua desclassificação. E o certame prosseguirá nos termos do item 11.2.11 seguinte.

11.2.9 Será exigida garantia adicional do Licitante vencedor cuja Proposta seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do Orçamento Base SEINFRA, equivalente à diferença entre este último e o valor da Proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis no Contrato.

11.2.10 Caso não se realizem lances, será verificada a compatibilidade entre a Proposta de “valor total ofertado” e o valor SEINFRA estimado para a contratação, aferindo-se sua conformidade quanto a valor; o que ocorrerá efetivamente, quando da negociação tratada pelo item 12.

a) Fica estipulado o Orçamento Base SEINFRA como limite máximo para o valor total da Oferta.

b) O valor global não poderá ultrapassar o Orçamento Base da SEINFRA.

11.2.11 Se a oferta não atender as condições de conformidade, o Agente de Contratação examinará a oferta subsequente, observada a ordem de classificação das Ofertas e as regras contidas no item 10.3 e assim sucessivamente, até a apuração de uma Oferta que atenda ao EDITAL.

## **12 NEGOCIAÇÃO - FASE DE PREÇOS.**

12.1 Após o encerramento da fase de análise de Propostas, o Agente de Contratação classificará as Propostas por ordem decrescente de vantajosidade.

12.1.1 Quando a Proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, o Agente de Contratação negociará com o Licitante, condições mais vantajosas, não se restringindo a negociação somente a valores.

12.1.2 A negociação poderá ser feita com os demais Licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua Proposta permanecer acima do preço máximo definido pela SEINFRA.

a) A negociação será conduzida pelo Agente de Contratação, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os Licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

12.1.3 Se a providência estabelecida no item 12.1.2 anterior lograr êxito a Proposta será considerada “melhor oferta”, caso contrário, o certame será revogado.

12.1.4 Encerrado o julgamento e negociação, será lavrada e disponibilizada a respectiva ata, com a ordem de classificação das Propostas.

12.1.5 Ao Licitante será concedido o prazo máximo de um dia útil para enviar seu novo valor por meio de nova Carta Proposta de Preços com o respectivo valor readequado, conforme seu último lance e negociação, desde que o valor global da Proposta e o valor de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro sejam iguais ou inferiores ao valor calculado a partir do Cronograma Físico-Financeiro SEINFRA, observadas as condições do item 13 a seguir, em especial o item 13.2.1.

12.1.6 Deverá ser enviado detalhamento pelo Licitante Vencedor das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida excepcionalmente, a utilização dos preços unitários, a pedido do Agente de Contratação, no caso de contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

12.1.7 Erros de preenchimento não constituem motivo para a desclassificação da proposta. O documento poderá ser ajustado desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

a) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

12.1.8 Encerrada a fase de julgamento com a negociação, será aberto prazo para que os Licitantes que desejarem recorrer em face dos atos do julgamento da proposta manifestarem, imediatamente, a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão de recurso, conforme o estabelecido pelo item 15 a seguir.

a). O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de, no mínimo, 10 (dez) minutos.

## 13 HABILITAÇÃO

13.1 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do Licitante classificado em primeiro lugar, a qual deverá ser entregue aos cuidados do Agente de Contratação em até um dia útil a contar da solicitação enviada.

13.2 O Envelope “02”, contendo a documentação relativa à habilitação jurídica, técnica, econômico-financeira e fiscal deverá ser apresentado devidamente fechado e endereçado a:

AGENTE DE CONTRATAÇÃO SEINFRA / PMJP

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL – SEINFRA-PMJP Nº 11.002/2026

ENVELOPE 02 – HABILITAÇÃO

LICITANTE: \_\_\_\_\_

13.2.1. Todos os volumes incluídos no envelope, em via única, deverão ser apresentados em formato A4, encadernados, com todas as folhas numeradas, em ordem crescente, em linguagem clara e objetiva, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas pelo representante legal ou procurador legalmente constituído, apresentado ao início um índice e no final um termo de encerramento que também deverá ser assinado, indicando o número de folhas, conforme modelo constante do Anexo.

13.2.2 A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o Agente de Contratação de forma excepcional e mediante apresentação de original para cotejo; ou por declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal; ou emitidos digitalmente, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico, a exemplo das certidões de regularidade fiscal.

13.2.3 Para habilitar-se, o Licitante deverá apresentar, no Envelope “02” (Habilitação) os documentos necessários e suficientes para demonstrar sua capacidade de realizar o objeto da Licitação, dividindo-se em jurídica; técnica; fiscal, social e trabalhista; e econômico-financeira.

### 13.3 Habilitação Jurídica

13.3.1 Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

13.3.2 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.3.3 No caso de Consórcio - apresentar o termo de compromisso de sua constituição, público ou particular, subscrito por todas as consorciadas, com as firmas reconhecidas. Tratando-se de procurador o Instrumento de procuração público ou particular, do qual conste poderes específicos para representar a sociedade consorciada e de acordo com a legislação vigente, observando o teor abaixo:

a) designação do Consórcio e sua composição; estando proibida a utilização do nome “SEINFRA” na denominação do Consórcio;

b) empreendimento que constitui o objeto do Consórcio;

c) prazo de duração do Consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo contratual, acrescido de 03 (três) meses; bem como o endereço do Consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre as partes;

d) definição das obrigações e responsabilidade de cada consorciada e das prestações específicas (participação), em relação ao objeto da presente Licitação; indicando as normas sobre recebimento de receitas e partilhas de resultado, os percentuais de pagamentos, por serviço realizado, destinados à cada uma das sociedades consorciadas deverão estar claramente definidos;

d1) Para que os pagamentos sejam efetuados, deverá ser definido no Termo de Constituição do Consórcio, o escopo que cada empresa irá realizar, devendo ser apresentada ainda, declaração expressa sobre os percentuais de pagamentos, a cada medição, respeitadas as condições do subitem anterior. Caso o escopo de cada empresa não seja definido, cada medição será realizada de acordo com o percentual da constituição do Consórcio.

D2) Não serão realizados pagamentos exclusivos à líder ou ao CNPJ do Consórcio.

e) normas sobre administração do Consórcio, contabilização, representação das sociedades consorciadas; formas de deliberação sobre assuntos de interesse comum, como número de votos que cabe a cada consorciado, contribuição de cada consorciado para as despesas comuns, se houver;

f) declaração expressa de responsabilidade solidária das consorciadas pelos atos praticados pelo Consórcio, em relação à presente Licitação e ao eventual termo de Contrato dela decorrente e que assinarão, como anuentes, o termo de Contrato decorrente da presente Concorrência e solidariamente como responsáveis por todas as obrigações do Consórcio;

g) compromissos e obrigações das consorciadas, dentre os quais o de que cada consorciada



responderá, isolada e solidariamente, por todas as exigências pertinentes ao objeto presente Concorrência até a conclusão dos serviços dela decorrentes;

h) apresentação da empresa líder do Consórcio, que será a empresa a relacionar-se com a SEINFRA em nome do Consórcio;

i) apresentação da sociedade que representará o Consórcio na Sessão Pública da presente Concorrência SEINFRA por meio de seu(s) representante(s), com poderes para decidir sobre as fases do processo eletrônico, apresentar Propostas, ofertar lances de preços, negociar preço, interpor e desistir de recursos administrativos, bem como praticar todos os atos pertinentes ao certame em nome do Consórcio;

j) declaração na qual estejam expressos os poderes para o representante legal exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, respondendo pelo Licitante durante os trabalhos da presente Concorrência; tratando-se de procurador: o instrumento de procuração público ou particular, do qual constem poderes específicos para assinar Proposta e enviá-la pelo sistema, formular lances, negociar preço, interpor recurso e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento dentre os já indicados neste parágrafo, que comprove os poderes do mandante para a outorga;

k) designação do representante legal do Consórcio. Indicar ainda representante(s) com poderes para firmar o termo de Contrato decorrente desta Licitação;

l) compromisso tácito das consorciadas, de que não terão a sua constituição ou composição alteradas ou modificadas, sem a prévia e expressa anuência da SEINFRA, até o cumprimento do objeto da presente Concorrência, mediante termo de recebimento, observado o prazo de duração do Consórcio, definido na alínea c) anterior;

m) compromisso expresso de que apresentarão, antes da assinatura do termo de Contrato decorrente da presente Concorrência, o instrumento de constituição do Consórcio, devidamente aprovado pelo órgão da sociedade de cada participante que for competente para autorizar a alienação dos bens do ativo permanente;

n) compromisso expresso de que providenciarão o arquivamento nos termos dos artigos 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 15/12/76 e IN nº 74 de 28/12/98 do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo do instrumento da constituição do Consórcio no registro do comércio local de sua sede e respectiva publicação da certidão de arquivamento ou registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, conforme a natureza das pessoas consorciadas, com anterioridade à assinatura do eventual termo de Contrato decorrente da presente Licitação.

## **13.4 HABILITAÇÃO TÉCNICA**

13.4.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, que poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

13.4.2. Registro ou inscrição da empresa no CREA (Conselho Regional de Engenharia Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no



Projeto Básico, em plena validade. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

13.4.3. Justifica-se a exigência de qualificação técnica considerando os serviços de maior relevância técnica, indispensáveis ao cumprimento do objeto, limitados a até 50% dos quantitativos constantes na Planilha Orçamentária e na Curva ABC de Serviços, conforme previsto na legislação.

#### **13.4.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL**

a1) A licitante deverá comprovar experiência prévia na execução de obras e serviços de engenharia compatíveis com sistemas de drenagem urbana, mediante apresentação de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem:

Elaboração de Projetos de Engenharia Atestados que comprovem a elaboração de projetos (executivo) relacionados a:

- Sistemas de drenagem urbana;
- Galerias pluviais em concreto ou PEAD;
- Dispositivos de drenagens;
- Projetos de pavimentação e recomposição de vias.

Os atestados deverão demonstrar experiência em extensão, complexidade e características compatíveis com o objeto.

#### **Execução de Obras de Drenagem e Infraestrutura Urbana**

Atestados que comprovem a execução de obras contendo, no mínimo:

- Implantação de redes de drenagem pluvial em áreas urbanas;
- Execução de galerias, tubos, aduelas ou PEAD de grande porte;
- Dispositivos de drenagens;
- Escavações profundas com escoramento;
- Recomposição de pavimento (asfáltico ou paralelepípedo);
- Obras com rebaixamento de lençol freático.

A experiência deverá ser compatível com a complexidade tecnológica e operacional da obra da obra de drenagem do Esplanada, especialmente considerando intervenções possíveis e a necessidade de escoramento e logística urbana.

#### **13.4.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL**

A licitante deverá indicar profissional de nível superior, devidamente registrado no CREA, detentor de atestados de responsabilidade técnica que comprovem ter desempenhado função compatível com o objeto, conforme art. 67, II, da Lei nº 14.133/2021.

Os atestados deverão comprovar experiência mínima em:

### **1) Projetos**

- Sistemas de drenagem urbana;
- Galerias pluviais em concreto ou PEAD;
- Dispositivos de drenagens;
- Projetos de pavimentação e recomposição de vias.

### **2) Execução**

- Implantação de redes de drenagem pluvial em áreas urbanas;
- Execução de galerias, tubos, aduelas ou PEAD de grande porte;
- Dispositivos de drenagens;
- Escavações profundas com escoramento;
- Recomposição de pavimento (asfáltico ou paralelepípedo);
- Obras com rebaixamento de lençol freático.

## **13.5 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

13.5.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ e de Situação Cadastral, comprovando situação ativa. (Documento válido somente mediante consulta online, junto ao Órgão Federal competente).

13.5.2 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.5.3 certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com validade na data de assinatura do Contrato. (Documento a ser confirmado online, junto ao Órgão Federal competente)

13.5.4 certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF, com validade na data da assinatura do Contrato. (Documento a ser confirmado online, junto ao Órgão Federal competente).

13.5.5 certidão negativa de débito com a Fazenda Municipal ou positiva com efeitos de negativa referente à regularidade mobiliária, pertinente ao objeto licitado, datada de, no máximo, 06 (seis) meses anteriores à data da assinatura do Contrato, observada a validade aposta no documento. (Documento a ser confirmado online, junto à Secretaria Municipal de Finanças nos Municípios que disponibilizarem esse serviço).

13.5.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, relativo ao domicílio ou sede do Licitante;

13.5.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

13.5.8 Declaração do Licitante de que se encontra em situação regular na observância das vedações estabelecidas no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, ou seja, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, conforme Modelo. (VER ANEXO)

### 13.6 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.6.1 Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

a) O Balanço Patrimonial e as Demonstrações deverão estar registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou do domicílio da Licitante e estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC e pelo empresário ou sociedade empresária (Art. 1.184, § 2º, Código Civil)

b) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante.

c) Os documentos referidos por este item 13.6.1 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

d) O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado, mediante via impressa por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED).

e) A apresentação da documentação contábil pertinente aos dois últimos exercícios sociais destina-se a identificar a evolução da situação do Licitante e identificar desvios, usualmente referidos como "maquiagem do balanço".

13.6.2 Relatório descritivo e demonstrativo do Profissional da Contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade indicando a boa situação Econômica e Financeira da Empresa em poder contratar com a Administração, após a análise dos indicadores Financeiros e Econômicos extraídos somente do último balanço do Exercício Financeiro e comparados com os parâmetros dos indicadores previstos e abaixo descritos.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (LG): igual ou superior a 1,00 (um vírgula zero)

$$LG = \frac{ATIVOCIRCULANTE + REALIZÁVELALONGOPRAZO}{PASSIVOCIRCULANTE + PASSIVONÃOCIRCULANTE}$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (LC): igual ou superior a 1,00 (um vírgula zero)

$$LC = \frac{ATIVOCIRCULANTE}{PASSIVOCIRCULANTE}$$

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL (SG): igual ou superior a 1,00 (um vírgula zero)

$$SG = \frac{ATIVOTOTAL}{PASSIVOCIRCULANTE + PASSIVONÃO CIRCULANTE}$$

13.6.3 comprovação de patrimônio líquido no mínimo 10% (dez por cento) do valor do Orçamento Base SEINFRA relativo ao valor global da execução das obras.

a) O patrimônio líquido exigido para o Consórcio será 30% (trinta por cento) superior ao valor estabelecido em 13.6.3 anterior. Esse valor deverá ser comprovado pelo somatório do patrimônio líquido das empresas consorciadas na proporção de sua respectiva participação, ou seja: será calculado da seguinte forma:

a1) Cada percentual de participação será multiplicado pelo patrimônio líquido estabelecido

a2). Os resultados assim obtidos serão comparados com os respectivos patrimônios líquidos, de cada um dos membros do Consórcio, que deverão, individualmente, comprovar patrimônio líquido maior ou igual ao valor obtido conforme alínea a1 anterior.

b) O acréscimo previsto na alínea “a” não será aplicável aos Consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

13.6.4 Relação dos Contratos e outros compromissos assumidos com obras e ou serviços firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da Proposta que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de Contratos firmados para os efeitos da referida análise, apresentando o DESCRITIVO DO OBJETO, o VALOR MEDIDO, o VALOR A MEDIR e o PERCENTUAL EXECUTADO de cada Contrato.

a) Se o Licitante não tiver compromissos, deverá apresentar Declaração neste sentido.

13.6.5 Deverá ser apresentada a certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do Licitante, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data da apresentação para comprovação dos documentos de habilitação.

## 13.7 OUTRAS DECLARAÇÕES

13.7.1 Declaração que o Licitante não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de João Pessoa ou com agente público que desempenhe função na Licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; devidamente assinada pelo representante legal do proponente, conforme Modelo. (VER ANEXO)

13.7.2 Declaração, assinada pelo representante legal do Licitante, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Decreto-lei nº 5.452, de 1º/05/1943 Art. 429; Lei nº 8.213/91 Art. 93; Lei nº 13.146/2015; Lei nº 10.097/2000; Decreto nº 11.479, de 2023). (VER ANEXO)

13.7.3 Declaração, assinada pelo representante legal do Licitante de que sua Proposta de preços

compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das Propostas. (VER ANEXO)

13.7.4 Declaração, assinada pelo representante legal do Licitante, de que, se adjudicatário do objeto da presente Concorrência, disporá de pessoal técnico para a execução dos trabalhos de competência reconhecida, conforme Modelo. (VER ANEXO)

13.7.5 Declaração, assinada pelo representante legal do Licitante, de que, se adjudicatário do objeto da presente Concorrência, disporá dos equipamentos necessários à execução das obras e dos serviços, e que se responsabilizará pelo fornecimento e pela exigência do uso dos **equipamentos de Proteção Individual – EPIs e EPC**, devidamente **assinada** pelo Representante legal, conforme Modelo. (VER ANEXO)

13.7.6 Declaração de que assume inteira responsabilidade pela execução dos trabalhos objeto da presente Concorrência, de que estará mobilizada e iniciará os serviços de imediato ou no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data de emissão da Ordem de Serviços, devidamente **assinada** pelo Representante legal da Licitante, conforme Modelo. (VER ANEXO)

13.7.7 Declaração que, para a execução dos serviços, objeto da presente Concorrência, somente utilizará produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA: conforme Modelo. (VER ANEXO)

13.7.8 Declaração que não se encontra interditado por crimes ambientais nos termos do artigo 10 da Lei 9605/98, conforme Modelo. (VER ANEXO)

13.7.9 Declaração que conduz seus negócios de forma a coibir a prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou quaisquer outras leis e regulamentos aplicáveis ao suborno ou corrupção, conforme Modelo. (VER ANEXO)

13.7.10 Declaração que sua Proposta foi elaborada de maneira independente, conforme Modelo. (VER ANEXO)

13.7.11 Declaração que não utiliza mão de obra análoga à Trabalho Forçado ou Compulsório, em quaisquer de suas formas, em sua cadeia produtiva, conforme Modelo. (VER ANEXO)

13.7.12 Declaração de inexistência de fato superveniente, conforme Modelo. (VER ANEXO)

13.8 A falsidade de declaração de que trata o item 14.7 sujeitará o Licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

13.9 Poderá haver substituição parcial dos documentos pelo certificado de registro cadastral emitido pelo Cadastro de Fornecedor da PMJP, cuja ficha cadastral poderá ser utilizada em substituição aos itens 13.3.1 e 13.3.2, 13.4.3, 13.5.1 a 13.5.7, 13.6.1 (**parcial**) e 13.6.5.

a) O Licitante interessado em se cadastrar junto ao Cadastro de Fornecedor da PMJP, poderá providenciar o seu cadastramento no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de João Pessoa, apresentando a documentação necessária no Núcleo de Cadastro de Fornecedor, na Rua Diógenes

Chianca nº. 1777, Água Fria, João Pessoa – PB.

b) Não serão aceitos registros de outros órgãos.

13.10 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste EDITAL, o Licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

a) Não será habilitado o Licitante que deixar de apresentar ou comprovar quaisquer dos documentos solicitados ou o fizer de maneira incompleta ou incorreta; respeitada a possibilidade de saneamento permitida por este EDITAL.

A1) Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação por meio de Comissão de Contratação nos termos dos itens 1.3 e 1.9 deste EDITAL, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

A2) É lícita a admissão da juntada de documentos, durante as fases de classificação ou de habilitação, que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, sem que isso represente afronta aos princípios da isonomia e da igualdade entre os Licitantes.

b) A inabilitação de qualquer pessoa jurídica integrante de Consórcio acarretará na automática inabilitação do Consórcio.

c) Se o Licitante detentor da oferta de menor valor total for declarado inabilitado, o Agente de Contratação retomará a fase de preços e examinará a oferta subsequente, verificando sua efetividade nos termos dos itens 11 a 13 anteriores e, em seguida, levando-a para negociação. Na sequência será processada a análise dos documentos de habilitação do Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta que atenda as condições do EDITAL, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor.

C1) Será concedido prazo de 1(um) dia útil para a apresentação dos documentos a pedido do Agente de Contratação.

C3) Constatado o atendimento das exigências fixadas no EDITAL, o Licitante será **declarado vencedor**.

C4) Em caso de não haver atendimento das condições estabelecidas a Concorrência será revogada.

## 14 FASE RECURSAL

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das Propostas, à habilitação ou inabilitação de Licitantes, à anulação ou revogação da Licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1 Haverá fase recursal única, após o término da fase de habilitação.

14.2 Os Licitantes que desejarem recorrer em face dos atos do julgamento da Proposta ou da habilitação deverão manifestar imediatamente, após o término da fase de julgamento e após a fase de habilitação, a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

a) A ausência de manifestação imediata do Licitante importará na decadência do direito de recurso, e no encaminhamento do processo à Autoridade Competente para adjudicação e homologação.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das Propostas ou o ato de habilitação ou



inabilitação do Licitante:

14.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de, no mínimo, 10 (dez) minutos.

14.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.4. As razões dos recursos deverão ser apresentadas no prazo de 3 (três) dias úteis contado a partir da data da intimação ou da lavratura da ata, isto é, do conhecimento do resultado da Concorrência.

14.4. É assegurado aos Licitantes obter vista dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais Licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Nos termos do art. 183 da Lei 14133/2021, os prazos serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições estabelecidas pelo referido artigo.

a) Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito da SEINFRA.

14.11. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente da SEINFRA adjudicará o objeto e homologará a Concorrência, determinando a contratação.

14.12. Após manifestação da Autoridade Competente esgota-se a fase de recursos administrativos.

14.13. É dever do Agente de Contratação rever seus atos, quando tomar ciência de fatos ou circunstância, motivadores da reforma da decisão, anterior ou posterior ao julgamento do certame.

## **15 DO ENCERRAMENTO**

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

15.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

15.1.2. revogar a Licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

15.1.3 proceder à anulação da Licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

15.1.4 adjudicar o objeto e homologar a Licitação.

15.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

15.3 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

15.4 Nos casos de anulação e revogação deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

## **16 FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO.**

16.1 Convocado para assinar o termo de Contrato, o Licitante vencedor deverá observar o prazo máximo de 07 (sete) dias, contados a partir da data de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas conforme item 19 a seguir. Em se tratando de Consórcio, este prazo será de 15 (quinze) dias úteis.

16.2 A assinatura do termo de Contrato estará condicionada:

16.2.1 à verificação da regularidade em licitar e de contratar no âmbito do Governo do Município de João Pessoa, ou declaradas inidôneas em quaisquer das esferas de Governo, nos termos do mesmo artigo.

16.2.2 à constituição prévia e ao registro do Consórcio nos termos do compromisso especificado neste EDITAL em igual teor ao documento analisado e aprovado na fase de habilitação, bem como a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento de comunicação neste sentido, podendo ser prorrogado, por igual período, a pedido do Licitante vencedor.

16.2.3 à apresentação – para o caso de Licitante e profissionais – Responsáveis Técnicos indicados na fase de habilitação; não registrados no Estado da Paraíba - da Certidão de Registro da pessoa jurídica e do profissional visada(s) pelo CREA/CAU/outras conselhos profissionais locais, autorizando-os ao exercício da atividade nesta Região, nos termos da legislação vigente do correspondente Conselho profissional.

16.2.4 ao recolhimento a título de garantia de Contrato de que trata o item 18, a importância de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis contados do recebimento de comunicação neste sentido.

a) A SEINFRA concede prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do Contrato, para a prestação da garantia quando o Licitante vencedor optar pela modalidade de seguro garantia.

16.3- Como condição para assinatura do Contrato, o Licitante Vencedor deverá manter as mesmas condições de Habilitação.

16.4 Quando o Licitante vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do Contrato,

será convocado outro Licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o Contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto neste EDITAL.

16.4.1 De igual modo é facultado à SEINFRA, quando o convocado não assinar o termo de Contrato, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos convocar outro Licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o Contrato.

16.4.2 Os atos decorrentes desta nova convocação serão realizados em Sessão Pública, com a convocação direta dos Licitantes remanescentes classificados para análise da efetividade de suas Propostas e, se for o caso, proceder a Negociação e Habilitação.

16.4.3 Decorrido o prazo de validade da Proposta indicado no EDITAL sem convocação para a contratação, ficarão os Licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.4.4 Na hipótese de nenhum dos Licitantes aceitarem a contratação pelas mesmas condições do primeiro, inclusive quanto a preço, a SEINFRA poderá convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do EDITAL, poderá:

a) convocar os Licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o Contrato nas condições ofertadas pelos Licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.4.5 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela SEINFRA caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de Proposta em favor da SEINFRA.

16.4.6 A regra do item 16.4.5 não se aplicará aos Licitantes remanescentes convocados na forma deste item 16, observados os comandos do item 16.4.3.

16.5 O não cumprimento das condições estabelecidas por este item 16 ou o não comparecimento para assinatura do termo de Contrato dentro do prazo fixado na notificação, ou a prática de qualquer ato, por parte do Licitante, que inviabilize a contratação, implicará na inabilitação do Licitante e/ou desclassificação de sua Proposta, bem como sua sujeição às sanções previstas, fixando-se como multa o percentual de 2% (dois por cento) do valor atualizado da contratação.

## 17 GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

17.1. Com anterioridade a formalização do Contrato, o Licitante vencedor prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato correspondente ao valor anual do contrato, conforme art. 96 da Lei nº 14.133/2021 referente **execução dos serviços do sistema de drenagem pluvial do Bairro do Esplanada, no Município de João Pessoa/PB**, na modalidade de preferência a ser escolhida pela Contratada dentre as elencadas a seguir, que será liberada de acordo com as condições previstas neste EDITAL, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

17.1.1 Caberá ao Licitante vencedor optar por uma das seguintes modalidades de garantiaprevistas no art. 96, §1º da Lei 14.133/2021:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) seguro-garantia; (VER ANEXO)
- c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil. (VER ANEXO)
- d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**17.1.2 Será exigida garantia adicional do Licitante vencedor cuja Proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do Orçamento Base da SEINFRA, equivalente à diferença entre este último e o valor da Proposta, sem prejuízo da garantia estabelecida pelo item 17.1.**

17.1.3 Quando a garantia da execução do Contrato for realizada através de seguro-garantia, a mesma deverá ser emitida por instituição devidamente autorizada pela superintendência de Seguros Privados – SUSEP – Circular SUSEP nº 662/2022 e quando se tratar de fiança bancária junto ao Banco Central do Brasil, conforme dispõe o Acórdão TCU Nº 498/2011 - Plenário;

**17.1.4** A garantia da execução do Contrato em dinheiro poderá ser realizada por meio de transferência identificada de fundos ou depósito, realizado pelo Licitante para a Conta Bancária nº 9.994-5, Agência nº 1618-7, Banco do Brasil, de titularidade da PMJP, a qual deverá ser atualizada monetariamente.

17.1.5 A garantia realizada em título de capitalização será custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total; estando regulamentado pelo Decreto-lei nº 261/1967, Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 384/2020 e Circular Susep nº 656/2022; e comercializado por Sociedades de Capitalização autorizadas.

**17.2** Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da SEINFRA, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela SEINFRA.

**17.3.** A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída em até 10 (dez) dias consecutivos após o cumprimento fiel e correto dos termos contratuais, quando do recebimento definitivo da obra e, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da SEINFRA e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

#### **17.4. Garantia dos Serviços Executados**

17.4.1. A CONTRATADA deverá garantir a obra pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados da data do recebimento definitivo;

17.4.2. Deverão ser observados os requisitos mínimos de desempenho dos sistemas construtivos previstos na ABNT NBR 11682/2009 (Estabilidade de Taludes), além das demais normas aplicáveis à drenagem pluvial urbana.

### **18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a Proposta em especial quando:

a) não enviar a Proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da Proposta quando exigível;

c). pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) apresentar Proposta em desacordo com as especificações do EDITAL;

19.1.3. não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua Proposta;

a).recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato, ou a aceitar ou retirar o Contrato no prazo estabelecido pela SEINFRA;

18.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Licitação;

18.1.5. fraudar a Licitação;

18.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Licitação;

18.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a SEINFRA poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos Licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. advertência;

18.2.2. multa compensatória;

18.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

18.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A multa compensatória será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do



Contrato licitado, recolhida em prazo a ser determinado pela Administração.

18.4.1. Em função das infrações, a multa terá percentual específico conforme estabelecido no Contrato.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e

18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o Contrato no prazo estabelecido pela SEINFRA caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de Proposta em favor SEINFRA.

18.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o Licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.14. A aplicação das sanções previstas neste EDITAL não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **19 DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

19.1. O prazo para execução da obra deverá ser de **09 (nove) meses** a partir da assinatura da Ordem de Serviço, conforme cronograma físico-financeiro sugerido e disposto nas peças técnicas anexadas ao processo.

19.1.1 O prazo contratual decorre de mais **06 (seis) meses** após conclusão do prazo de execução. Os prazos aqui definidos englobam:

- 🕒 elaboração dos projetos;
- 🕒 execução da obra;
- 🕒 testes e comissionamento.

19.2. O objeto deste Contrato, deverá ser executado devendo e assegurada a publicidade no Portal da Transparência da PMJP, que permite a acessibilidade pública das informações.

19.3. O Contrato terá vigência 15 (quinze) meses.

a) A Ordem de Serviço será emitida após publicidade do Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP.

b) Em função do regime de execução haverá uma fase inicial de execução de projetos e obtenção da Licença de Instalação, o que deve ser considerado pelas Partes.

c) O início de execução das obras só deverá ser efetivado quando da comprovação, pela Contratada, da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. sobre a execução da obra junto ao CREA/PB, nos termos da Resolução CONFEA 1137, de 31 de março de 2023.

d) O prazo para execução considerar-se-á encerrado no vencimento do prazo estabelecido no caput deste item 20.2, ou quando estiverem cumpridas todas as obrigações contratuais pelas partes, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

a. As eventuais Ordens de Paralisação, devidamente justificadas por escrito nos autos, suspendem o curso do prazo de execução do Contrato, tornando a correr com a Ordem de Reinício dos serviços, devendo ser assegurada a publicidade das Ordens de Paralisação e de Reinício, por meio do Portal da Transparência da PMJP.

b. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

e) Verificada a ocorrência do disposto no item 20.4 por mais de 1 (um) mês, a SEINFRA deverá divulgar, em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.

f) Nesta contratação classificada como de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado nesta cláusula.

g) Quando a não conclusão decorrer de culpa da Contratada:

- a Contratada será constituído em mora, aplicáveis a ela as respectivas sanções administrativas previstas por este Contrato;
- a SEINFRA poderá optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

h) Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento disposto no Art. 183 da Lei nº. 14.133/2021; e excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos previstos neste instrumento em dia de expediente na SEINFRA.

A Contratada se obriga a acatar as solicitações da fiscalização da SEINFRA para paralisar ou reiniciar as obras, em qualquer fase.

## **20 LEIS ANTICORRUPÇÃO - CONDUTA DA SEINFRA**

20.1 A SEINFRA conduz os seus negócios de maneira legal, ética, transparente e profissional, em conformidade com os requisitos gerais das leis anticorrupção e estende aos seus colaboradores e aos terceiros, que a representam, a obrigação de assimilar, aceitar e executar estas diretrizes.

20.2 Em decorrência, a SEINFRA exige que suas contratadas conduzam seus negócios de forma a coibir a prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou quaisquer outras leis e regulamentos aplicáveis ao suborno ou corrupção. (VER ANEXO).

## **21 VALIDADE DA PROPOSTA**

21.1 O prazo de validade da Proposta de Preços será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados a partir da data da recepção dos envelopes nº 1 Proposta de Preços, prorrogável automaticamente por igual período, a contar da data de sua apresentação, salvo manifestação em contrário, de nossa parte, lavrada em tempo hábil.

21.2 Não sendo prorrogada essa validade fica o Licitante liberado dos compromissos assumidos.

## **22 ANEXOS DO EDITAL**

**22.1.** Integram o presente EDITAL, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

**ANEXO I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO II ANTEPROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO**

**ANEXO III JUSTIFICATIVAS**

**ANEXO IV MINUTA DE CONTRATO**

**ANEXO V CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

**ANEXO VI LICENÇA PRÉVIA**

**ANEXO VII MATRIZ DE RISCO**

**ANEXO VIII ORÇAMENTO BASE DA SEINFRA - PLANILHA DE ORÇAMENTO RESUMO**

**ANEXO IX DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO DE PARTICIPAR DA PRESENTE CONCORRÊNCIA**

ANEXO X DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DAS OBRAS E SERVIÇOS, DA NATUREZA E DO ESCOPO DOS MESMOS

ANEXO XI DECLARAÇÃO E COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - - SOMENTE PARA CONSÓRCIOS COMPOSTOS, EM SUA TOTALIDADE, DE MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS

ANEXO XII DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

ANEXO XIII CARTA PROPOSTA

ANEXO XIV DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DA PROPOSTA

ANEXO XV TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

ANEXO XVI DECLARAÇÃO NEGATIVA DE MANUTENÇÃO DE VÍNCULO DE QUALQUER NATUREZA

ANEXO XVII DECLARAÇÃO QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ANEXO XVIII DECLARAÇÃO QUE A PROPOSTA DE PREÇOS COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

ANEXO XIX DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

ANEXO XX DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DAS VEDAÇÕES ESTABELECIDAS NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

ANEXO XXI DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO

ANEXO XXII DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

ANEXO XXIII DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL.

ANEXO XXIV DECLARAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO.

ANEXO XXV DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO DE INÍCIO DAS OBRAS

ANEXO XXVI DECLARAÇÃO SOBRE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE MADEIRA DE ORIGEM EXÓTICA, OU DE ORIGEM NATIVA DE PROCEDÊNCIA LEGAL.

ANEXO XXVII DECLARAÇÃO DE INTERDIÇÃO POR CRIMES AMBIENTAIS

ANEXO XXVIII DECLARAÇÃO ANTI CORRUPÇÃO

ANEXO XXIX DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

ANEXO XXX DECLARAÇÃO QUE NÃO UTILIZA MÃO DE OBRA ANÁLOGA À TRABALHO FORÇADO OU COMPULSÓRIO

ANEXO XXXI MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE.

ANEXO XXXII CARTA DE FIANÇA – GARANTIA DE PROPOSTA

ANEXO XXXIII PRORROGAÇÃO - CARTA DE FIANÇA – GARANTIA DE PROPOSTA

ANEXO XXXIV SEGURO GARANTIA EXECUTANTE – GARANTIA DE PROPOSTA

ANEXO XXXV CARTA DE FIANÇA – GARANTIA DE CONTRATO

ANEXO XXXVI PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE CONTRATO POR CARTA DE FIANÇA

ANEXO XXXVII SEGURO GARANTIA EXECUTANTE – GARANTIA DE CONTRATO

ANEXO XXXVIII TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS NATUREZA PATRIMONIAIS DOS PROJETOS BÁSICOS EXECUTIVOS – SEM LIMITE TEMPORAL.

## **23 DISPOSIÇÕES FINAIS AO EDITAL**

23.1. A homologação do resultado desta Licitação não implicará direito à contratação.

23.2. As normas disciplinadoras da Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da SEINFRA, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.3. Os Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a SEINFRA não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do Licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.5. Em caso de divergência entre disposições deste EDITAL e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo prevalecerá as deste EDITAL.

23.6. O EDITAL e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <http://transparencia.joaopessoa.pb.gov/licitacoes>.

23.7. As relações de Proteção de Dados estão regulamentadas pelo Decreto nº 9.792, de 30 de Agosto de 2021, que dispõe sobre a implementação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), no âmbito do Poder Executivo do Município de João Pessoa.

João Pessoa, 12 de maio de 2026.

Khristiane Boudoux Silva

Assessora Especial

CSL/SEINFRA



**ANEXO IV**  
**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO nº 11.xxx/2026**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 11.002/2026**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ATRAVÉS DA  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA/SEINFRA, E A  
EMPRESA XXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº  
XXXXXXX**

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA, com sede na Av. Rio Grande do Sul, 721 – Bairro dos Estados – CEP 58030-021 – João Pessoa/PB, inscrita no CNPJ sob o nº 08.778.326/0001-56, neste ato representada pelo Secretário de Infraestrutura, Sr. Rubens Falcão da Silva Neto, brasileiro, inscrita no CPF nº 338.529.604-87, portadora da Carteira de Identidade nº 683.975, SSP/PB, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na Av. XXXXXXXXX, nº XXXX, Bairro: XXXXXXXXX, cidade/Estado – CEP: xxxxxxxxx, representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_ e portador da cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_ SESP/xx, no **Processo Administrativo nº 12.951/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 no artigo 92, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência Presencial nº 11.002/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.6 O objeto do presente Termo de Contrato é **contratação integrada**, para a **execução dos serviços do sistema de drenagem pluvial do Bairro do Esplanada, no Município de João Pessoa/PB** conforme especificações contidas no **Edital da Concorrência Pública** identificada no preâmbulo e na proposta vencedora, Anteprojeto, Termo de Referência, Estudos Técnicos Preliminares, Listagem das Obrigações de Meio e Obrigações de Resultado; Licença Prévia – 2421-24-JP-LAP; Matriz de Risco e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 12.951/2026, de pleno conhecimento das partes, abrangendo a elaboração dos projetos básico e executivo.

1.7 1.2. O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.

1.8 1.3 O regime de execução deste Contrato é o de contratação integrada, com critérios de medição e pagamento associados à execução de etapas vinculadas ao cumprimento de metas, definidas no termo de referência, caracterizando os marcos ou pontos de controle, de modo a viabilizar o adequado acompanhamento da execução contratual.

1.9 1.4 A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação no processo licitatório os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.10 Discriminação do objeto:

LOT E	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR TOTAL
1	Execução dos serviços do sistema de drenagem pluvial do Bairro do Esplanada, no Município de João Pessoa/PB.	1,00	

1.5 Dados de identificação do empreendimento:

**Solicitante:** Prefeitura Municipal de João Pessoa

**Projeto:** Sistema de drenagem pluvial do Bairro do Esplanada

**Endereço:** localizada no Bairro do Esplanada , no município de João Pessoa

1.6. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

3.2.1 O Termo de Referência;

O Edital da Licitação;

A Proposta do contratado;

Matriz de Risco;

Anteprojeto;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.7. No preço final do serviço compreende todas as despesas referentes ao objeto contratado, bem como todas as demais despesas incidentes sobre o mesmo, tais como impostos, tarifas e taxas.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÕES

2.1. O prazo de execução é de **09 (nove) meses** contados do(a) a partir da assinatura da ordem de serviço, conforme cronograma físico-financeiro, sugerido disposto no orçamento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1 O prazo contratual decorre de mais **06 (seis) meses** após conclusão do prazo de execução, sendo o prazo de vigência contratual **15 (quinze) meses**.

2.2. Após a comunicação da OS, será dado um prazo de **72 (setenta e duas) horas** para o contratado recebê-la.

2.3. A contratada deverá empregar equipes de trabalho suficientes, bem como adequada gestão logística para suprimento de materiais e equipamentos necessários a obra para que seja cumprido o prazo estabelecido.

2.4. A inobservância do prazo estipulado neste Contrato, ocasionará a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

2.5. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial

atualizado do contrato.

2.7. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

2.8. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. A elaboração do **PGRCC** será de responsabilidade da CONTRATADA, sendo que esse deve ser entregue em até **15 (quinze) dias**, após a assinatura da Ordem de Serviço.

2.10. A **elaboração dos Estudos e Projetos previstos no contrato que são de responsabilidade da CONTRATADA** deve ser considerando um **prazo máximo de 05 (cinco) meses após a assinatura da Ordem de Serviço** explicitado em cronograma executivo;

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor Global do presente contrato é de **R\$xxx (xxxxxxxxx)**, que corresponde ao fornecimento dos produtos relacionados na Cláusula Quarta, referentes ao lote único da **Concorrência Presencial nº 11.002/2026**.

3.2. No preço já estão incluídos todas as despesas diretas e indiretas, impostos, encargos sociais e outras inerentes ao objeto contratado.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS ([art. 92, V](#))

4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data como data-base vinculada à data do orçamento estimado por esta Administração.

4.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o (INCC) (O Índice Nacional de Custo da Construção), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, vez que, nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

4.4.1. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

4.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

4.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

4.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 Os recursos para cobrir as despesas decorrentes das aquisições futuras do objeto desta licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA Dotação Orçamentária FR Elemento de Despesa :

**Classificação Funcional:** 11000.11101.15.452.5099.111063

**Natureza da despesa:** 44.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES

**Fonte de Recursos:** 1.5.00 – Recursos não vinculados de impostos  
1.7.00 – Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União

## 6. CLÁUSULA SEXTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

6.1 Aplicam-se ao presente contrato, como se nele estivessem integralmente transcritos, os documentos, a seguir relacionados, de cujo inteiro teor e forma as partes declaram, expressamente, ter pleno conhecimento dos termos da **Concorrência Presencial nº. 11.002/2026 – Processo Administrativo nº 12.951/2026 – 1 DOC.**

6.2. Proposta do Licitante datada em xx de \_\_\_\_\_ de 2026.

## 7 CLÁUSULA SÉTIMA – DAS GARANTIAS

### 7.1 Garantia dos Serviços Executados

7.1.1. A CONTRATADA deverá garantir a obra pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados da data do recebimento definitivo;

7.1.2. Deverão ser observados os requisitos mínimos de desempenho dos sistemas construtivos previstos na ABNT NBR 11682/2009 (Estabilidade de Taludes), além das demais normas aplicáveis à drenagem pluvial urbana.

### 7.2 Garantia Contratual

7.2.1. Será exigida da licitante vencedora a apresentação de garantia de execução contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, conforme art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.2. A garantia poderá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 96, §1º da Lei 14.133/2021.

7.2.3. A liberação da garantia observará as condições previstas no edital e no contrato, condicionada ao cumprimento integral das obrigações contratuais.

7.3. A validade da garantia. Qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger, um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

7.4. Em caso de alteração para aumento do valor do contrato, ou de prorrogação de sua vigência, a CONTRATADA deverá complementar ou renovar a garantia nas mesmas condições.

7.5. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída em até 10 (dez) dias consecutivos após o cumprimento fiel e correto dos termos contratuais, quando do recebimento definitivo da obra e, quando em dinheiro, atualizada financeiramente.

7.6. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

7.7. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 14.9 deste contrato.

7.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

7.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- c. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

7.10. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 14.12., observada a legislação que rege a matéria.

7.11. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

7.12. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no **prazo máximo de ..... (.....) dias úteis**, contados da data em que for notificada.

7.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

- a. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- b. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que



justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

c. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

7.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.18. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

7.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

7.20. Após o recebimento definitivo do objeto contratual, por parte da CONTRATANTE, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) meses, conforme art. 618 do Código Civil, contados da data de firmamento do Termo de Recebimento Definitivo, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, às reparações e/ou substituições ou se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

7.21. Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pela CONTRATANTE, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

7.22. A garantia prestada pela CONTRATADA no ato de assinatura deste Contrato, bem como dos pagamentos das medições, como elemento assecuratório do cumprimento das obrigações contratuais, será devolvida logo após a plena, perfeita e correta execução do convencionado.

## **8 CLÁUSULA OITAVA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

8.1. Em se tratando das obras e serviços objeto deste Contrato, para efeito de pagamento serão medidos de forma qualitativa e considerado o avanço da execução, em função do pagamento ser por preço global, por meio de Boletim de Medição, que depois de conferido será assinado pelo Engenheiro Fiscal, Chefe da Divisão, Secretário da SEINFRA/PMJP e pelo responsável da CONTRATADA.

a) As medições e pagamentos tomarão em conta o Cronograma Físico Financeiro, cujos valores serão obtidos pela aplicação dos percentuais definidos sobre o valor total contratual; isto é, os critérios de medição e pagamento estão associados à execução das etapas vinculadas ao cumprimento de metas, definidas no Cronograma Físico Financeiro, caracterizando os marcos e pontos de controle, de modo a viabilizar o adequado e rigoroso acompanhamento da execução contratual.

b) Sempre que possível o Cronograma Físico Financeiro ajustado conforme o item 3.2.b deste Contrato, fixou medições mensais, excetuando-se as medições inicial e final, devendo ser realizadas entre os dias 25 e 30 de cada mês.

8.2 O valor das medições será obtido mediante somatório dos valores percentuais aplicados sobre realizados no mês conforme Cronograma Físico Financeiro ajustado conforme o item 3.2.b deste Contrato, relativos a eventos efetivamente executados.

8.3 - O pagamento de qualquer medição somente será efetuado mediante a apresentação da Guia de Recolhimento Prévio, das Contribuições Previdenciárias, incidentes sobre a remuneração dos segurados incluídas em Nota Fiscal ou Fatura, correspondente aos serviços executados, quando da quitação da referida Nota Fiscal ou Fatura, na forma prevista na Lei 8.212/91, alterada pela Lei 9.032 de 28.04.95, e regulamentos instituídos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, bem como as Certidões Negativas de Débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União; certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; certidão negativa de débito com a Fazenda Municipal e Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual.

8.4 No caso de a execução não estar de acordo com as Especificações Técnicas e demais exigências fixadas neste Contrato, a CONTRATANTE fica, desde já, autorizada a reter o pagamento da parcela correspondente, liberando o restante que se refere a parcela incontroversa, até que sejam processadas as alterações e retificações determinadas, aplicando-se à CONTRATADA a multa prevista na cláusula de Penalidades deste Contrato.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

**8.6. Se, com aprovação prévia da SEINFRA/PMJP, o cronograma de obra for modificado, a previsão de desembolso da CONTRATADA será revisada.**

### **8.7 Sobre a Liquidação**

a) Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta cláusula, prorrogáveis por igual período.

b) Para fins de liquidação, o setor financeiro deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- b1) o prazo de validade;
- b2) a data da emissão;
- b3) os dados do contrato e do CONTRATANTE;
- b4) o período respectivo de execução do contrato;
- b5) o valor a pagar; e
- b6) destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

c) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE;

### **8.8 Sobre o Prazo de pagamento**

8.8.1 A liberação da 1ª Medição só deverá ser efetivada quando da comprovação, pela Contratada, da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. sobre a execução da obra junto ao CREA/PB, nos termos da Resolução nº257, de 19.09.78 do CONFEA, sob pena do não recebimento da medição.

8.8.2 - O pagamento de qualquer medição somente será efetuado mediante a apresentação da Guia de Recolhimento Prévio, das Contribuições Previdenciárias, incidentes sobre a remuneração dos segurados incluídas em Nota Fiscal ou Fatura, correspondente aos serviços executados, quando da quitação da referida Nota Fiscal ou Fatura, na forma prevista na Lei 8.212/91, alterada pela Lei 9.032 de 28.04.95, e regulamentos instituídos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, bem como as Certidões Negativas de Débitos com a **RECEITA FEDERAL**, com a **RECEITA ESTADUAL** e com a **DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**.

8.9 – No caso de a execução não estar de acordo com as Especificações Técnicas e demais exigências fixadas neste Contrato, a CONTRATANTE fica, desde já, autorizada a reter o pagamento em sua integralidade, até que sejam processadas as alterações e retificações determinadas, aplicando-se à CONTRATADA a multa prevista na Cláusula 14.

8.10 - Deverá ser mantido o programa de desembolso geral da obra, conforme cronograma específico apresentado pelo CONSTRUTOR quando do processo de Licitação que deu origem ao presente CONTRATO.

8.11 - Se, com aprovação prévia da SEINFRA/PMJP, o cronograma de construção for modificado, a previsão de desembolso do CONSTRUTOR será revisada.

8.12 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.13 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

8.14 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou CRF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. Art. 68 da Lei nº14.133/2021.

8.14.1 Constatando-se, junto ao SICAF ou CRF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão da União.

8.15 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.16 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.17 Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF ou CRF.

8.18 Constatando-se, junto ao SICAF ou CRF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

8.19. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou CRF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão da União.

8.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.21. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.21.1 Persistindo a irregularidade, como medida de cautela, a Administração poderá suspender a execução do contrato e determinar a limitação de empenho, conforme art. 45 da Lei Federal nº 9.784/99.

8.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF ou CRF.

8.22.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF ou CRF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.24. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM=VP \times I \times N$$

Sendo: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  
6 100 365 Sendo: I = 0,00016438 TX= Percentual da taxa anual = 6%

## 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA deverá cumprir integralmente todas as obrigações decorrentes deste Termo de Referência, do contrato e da legislação aplicável, responsabilizando-se pela perfeita execução dos serviços, pela integridade técnica da solução e pela observância das normas legais, regulamentares e técnicas pertinentes.

### a. Responsabilidade Geral para elaboração de projetos

1. Elaborar e entregar todos os projetos necessários, com detalhamento suficiente para a execução da obra, incluindo memoriais descritivos, cálculos, plantas, especificações e orçamentos.
2. Ceder à Administração todos os direitos patrimoniais sobre os projetos e demais documentos técnicos produzidos, entregando todos os dados, arquivos e elementos informativos relativos à concepção e execução.
3. A Contratada deverá apresentar, **conjuntamente com o Projeto Executivo**, a planilha orçamentária detalhada de quantitativos e preços unitários, compatível com o preço global ofertado na licitação. Essa planilha terá caráter exclusivamente informativo e de controle, não caracterizando alteração do regime de contratação integrada nem ensejando a celebração de aditivos contratuais, destinando-se apenas ao acompanhamento da execução e à fiscalização técnica. A planilha será submetida à aprovação da SEINFRA/PMJP e deverá conter memória de cálculo, composições de custos, cronograma e os critérios adotados para cada item. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a Contratada às sanções administrativas previstas no contrato.

### b. Responsabilidade Geral pela Execução

1. A CONTRATADA declara ter pleno conhecimento das condições operacionais, técnicas, ambientais e logísticas do local da obra, não podendo alegar desconhecimento para justificar inexecução ou execução irregular dos serviços;
2. A responsabilidade da CONTRATADA é integral, nos termos do Código Civil Brasileiro, não sendo reduzida pela presença da fiscalização da CONTRATANTE;
3. A CONTRATADA deverá garantir a perfeita execução dos serviços, respondendo por vícios, defeitos, falhas técnicas e danos decorrentes de dolo ou culpa.

### c. Custos, Despesas e Encargos

1. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas necessárias ao cumprimento do objeto, incluindo transporte, frete, carga, descarga, armazenamento, seguros, taxas e demais custos operacionais;
2. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e obrigações fiscais incidentes sobre o objeto, até o recebimento definitivo;
3. Efetuar todas as despesas relativas à execução da obra perante órgãos públicos e



concessionárias (energia, água, esgoto, telecomunicações), quando aplicável;

4. Fornecer, às suas expensas, todos os materiais, equipamentos, insumos e ferramentas, independentemente do que conste nas composições de custos.

#### **d. Responsabilidade Trabalhista, Previdenciária e Civil**

1. Utilizar mão de obra especializada, qualificada e em quantidade suficiente para a perfeita execução dos serviços;
2. Responder integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu pessoal;
3. Manter, durante toda a execução, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
4. Responder por eventuais acidentes de trabalho, adotando todas as medidas de segurança previstas na legislação;
5. Responsabilizar-se por danos causados por seus empregados, prepostos ou subcontratados às instalações da CONTRATANTE ou a terceiros, autorizando o desconto dos valores correspondentes dos pagamentos devidos.

#### **e. Normas Técnicas, Legais e Regulamentares**

1. Observar integralmente as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais aplicáveis ao objeto;
2. Cumprir as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho, especialmente NR-06, NR-18 e NR-35;
3. Observar sempre as últimas versões das normas técnicas exigidas pelos órgãos de fiscalização e normatização.

#### **f. Documentação Técnica e Responsabilidade Profissional**

1. Providenciar, junto ao CREA/CAU, as ARTs ou RRTs referentes aos serviços de projeto, execução e fiscalização interna;
2. Elaborar e entregar o PGRCC em até 15 dias após a Ordem de Serviço;
3. Elaborar todos os estudos e projetos previstos no contrato no prazo máximo de 5 meses após a Ordem de Serviço;
4. Apresentar o cronograma executivo detalhado em até 5 dias após a Ordem de Serviço.

#### **g. Subcontratação**

1. A subcontratação será permitida até o limite de 30% do valor total do contrato;
2. É vedada a subcontratação da parcela principal do objeto;
3. Toda subcontratação deverá ser previamente aprovada pela CONTRATANTE;
4. Para solicitar anuência, a CONTRATADA deverá apresentar:
  - a) Natureza da subcontratação;
  - b) Dados da subcontratada;
  - c) Prazo;
  - d) Quadro de funcionários e equipamentos;
  - e) Descrição dos serviços e valores.
5. A CONTRATADA permanece integralmente responsável pela execução, qualidade,

compatibilidade e supervisão dos serviços subcontratados;

6. Não haverá vínculo entre a Administração Pública e a subcontratada.

#### **h. Segurança do Trabalho**

1. Cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho, apresentando os programas obrigatórios para obras de construção civil;
2. Fornecer EPIs, uniformes e treinamentos adequados;
3. Manter o canteiro de obras organizado, sinalizado e seguro;
4. Atender às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, quando aplicáveis;
5. Permitir auditorias e inspeções da CONTRATANTE sobre segurança.

#### **i. Gestão Ambiental**

1. Elaborar e implementar o PGRCC e demais planos ambientais exigidos;
2. Garantir a destinação adequada dos resíduos, preferencialmente à Usiben – Usina de Beneficiamento de Resíduos da Construção Civil, ou outra área licenciada mediante comprovação documental;
3. Apresentar os CTR (Controle de Transporte de Resíduos) ao fiscal da obra;
4. Adotar medidas de controle de poeira, ruído, vibração, erosão e assoreamento.

### **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. CONTRATANTE deverá cumprir integralmente as obrigações previstas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável, garantindo condições adequadas para a execução dos serviços e exercendo a fiscalização necessária para assegurar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

10.1.1. A seguir, estabelecem-se as obrigações mínimas da CONTRATANTE:

#### **a. Fiscalização e Acompanhamento da Execução**

1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de representante formalmente designado, cabendo-lhe verificar o andamento dos serviços, a conformidade com os projetos e especificações e a observância das normas técnicas aplicáveis;
2. Impugnar e rejeitar todos os serviços executados em desacordo com as condições contratuais, determinando as correções necessárias;
3. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relevantes, falhas ou irregularidades detectadas, comunicando formalmente à CONTRATADA e fixando prazo para correção;
4. Realizar inspeções, testes e verificações necessárias ao acompanhamento da obra, inclusive para fins de medição e recebimento.

#### **b. Comunicação e Interação com a Contratada**

1. Contatar diretamente a CONTRATADA sempre que houver incidentes, falhas ou situações que exijam providências imediatas.
2. Fornecer todos os esclarecimentos e informações solicitados pela CONTRATADA, desde que relacionados ao objeto do contrato.
3. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às áreas necessárias à execução dos serviços, observadas as normas de segurança e controle interno.

#### **c. Operações e Apoio Técnico**

1. Executar, quando aplicável, as manobras de desligamento e religação de sistemas ou equipamentos necessários para garantir a segurança na execução dos serviços.
2. Proporcionar os recursos técnicos e logísticos sob sua responsabilidade que sejam indispensáveis para a adequada execução dos serviços, conforme previsto neste Termo de Referência.

#### **d. Pagamentos e Controle Contratual**

1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA com base nas medições aprovadas pela fiscalização, observando os prazos e condições estabelecidos no contrato.
2. Observar, durante toda a vigência contratual, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comunicando à CONTRATADA qualquer irregularidade identificada.
3. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando necessárias, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

#### **e. Testes, Recebimento e Garantias**

1. Realizar os testes de desempenho, funcionamento e conformidade necessários ao recebimento provisório e definitivo dos serviços.
2. Registrar formalmente o recebimento provisório e definitivo, conforme legislação vigente.
3. A existência de fiscalização pela CONTRATANTE não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades técnicas, civis, trabalhistas ou legais, nem transfere à Administração qualquer ônus decorrente de falhas na execução.

### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GESTÃO, FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ATESTO DE NOTAS FISCAIS**

11.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024, art. 17, 18, 19 e 20).

11.2 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, sendo realizada de forma preventiva, rotineira e sistemática, (Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024, art. 19), cabendo em especial:

- 11.2.1. prestar apoio técnico do contrato;
- 11.2.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 11.2.3. emitir notificações para a correções de rotinas ou de qualquer inexatidão ou

irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

11.2.4. informar ao gestor em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.2.5. comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas.

11.2.6. fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, por ratificação.

11.2.7. comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

11.2.8. participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal administrativo e/ou setorial, de que trata o inciso VII do artigo 18 da Lei ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024.

11.2.9. auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do artigo 18 da Lei ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024

11.3 O **fiscal administrativo** do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024, art. 20).

11.4 O **gestor do contrato** coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Lei Ordinária nº 15.067 de 01 de fevereiro de 2024, art. 18).

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO E CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ACEITAÇÃO DOS PROJETOS**

12.1. A aceitação dos serviços será realizada pela fiscalização da CONTRATANTE, com base em critérios técnicos, normativos e de desempenho, assegurando que a obra atenda integralmente às especificações do projeto, às normas aplicáveis e às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

12.1.1 A aceitação ocorrerá em duas etapas:

1. Recebimento Provisório – após conclusão dos serviços e aprovação dos testes.
2. Recebimento Definitivo – após o período de observação e correção de eventuais pendências.

### **a. Critérios Gerais de Aceitação**

Para que os serviços sejam aceitos, deverão ser atendidos, no mínimo:

1. Conformidade com os projetos básico e executivo aprovados.
2. Atendimento às normas técnicas aplicáveis (NBR 12266, NBR 10844, NBR 12211, NBR 15645 etc.).
3. Execução dentro dos padrões de qualidade e desempenho estabelecidos.
4. Ausência de falhas, vícios, infiltrações, recalques ou deformações.
5. Conclusão dos testes e ensaios previstos.
6. Entrega de toda a documentação técnica exigida.
7. Atendimento às exigências ambientais, de segurança e de limpeza da obra.

#### **b. Quadro de Critérios de Aceitação**

1. A tabela abaixo resume os critérios objetivos que serão utilizados para aceitação dos serviços:

Elemento Avaliado	Critério de Aceitação	Método de Verificação	Norma/Referência
Tubulações	Declividade, alinhamento e cota conforme projeto	Nível, laser, inspeção visual	NBR 12266
Estanqueidade	Ausência de vazamentos	Teste de estanqueidade	NBR 12266
PVs e Caixas	Dimensões, materiais e posicionamento conforme projeto	Medição e inspeção	NBR 15645
Bocas de Lobo	Captção adequada e conformidade geométrica	Inspeção e teste com água	NBR 10844
Reaterro	Compactação mínima exigida	Ensaio de compactação	Normas de pavimentação
Pavimentação	Regularidade, espessura e acabamento	Régua, medição e ensaios	Normas DNIT/ABNT
Sinalização	Conformidade com projeto e normas de trânsito	Inspeção	NB 18
Desempenho Hidráulico	Escoamento adequado, sem reflux	Teste operacional	NBR 12211
Limpeza Final da Rede	Rede desobstruída e limpa	Inspeção CCTV	Boas práticas
Documentação Final	Entrega completa do "as built" e manuais	Conferência documental	TR/Contrato

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DAS MARCAS, PATENTES E LICENÇAS**

13.1. A CONTRATADA é a única responsável por eventuais infrações ao direito de uso de marcas, patentes ou licenças, responsabilizando-se pelo pagamento de **royalties** que forem devidos a terceiros, obrigando-se, igualmente, a obter para a CONTRATANTE o direito de continuar no uso dos produtos objeto de direito de terceiros, arcando com todas as despesas decorrentes das providências que forem tomadas para tanto.

### **14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX Lei nº 14.133/2021)**

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.



14.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

*a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

*b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

14.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

I) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III) Indenizações e multas.

14.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.5.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Municipal 15.273/2024 art. 6º; o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.1.5 fraudar a licitação

15.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1 advertência;

15.2.2 multa;

15.2.3 impedimento de licitar e contratar e

15.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2 as peculiaridades do caso concreto

15.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1 Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2 Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação. Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de João Pessoa Secretaria de Infraestrutura.

15.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**

16.1 O presente instrumento será publicado, por extrato, no DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO ou outro meio válido para dar publicidade, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

16.2. Incumbirá a SEINFRA divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DO FORO**

17.1 Fica eleito o foro da Cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, com expressa renúncia de qualquer um outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato.

17.2 E por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e para um só efeito, o qual vai assinado pelas partes contratantes abaixo arroladas.

17.3. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1 À Contratante se reserva o direito de paralisar ou suspender em qualquer tempo, o fornecimento prestado pela Contratada, mediante o pagamento único e exclusivo das quantidades já solicitadas.

18.2 Aos casos omissos neste Contrato, serão aplicadas as disposições da Lei 14.333/01 e suas alterações.

João Pessoa/PB, xxx de xxxxxx de 2026.

\_\_\_\_\_  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

Nome:

\_\_\_\_\_  
CPF/RG:

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO DE PARTICIPAR  
DA PRESENTE CONCORRÊNCIA

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

À

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Pela presente declaramos, sob as penalidades cabíveis, que não nos enquadrados nas situações de impedimento de participar da Concorrência SEINFRA referenciado ou de ser contratado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, nos termos do item 3, em especial seu subitem 3.3 do referido EDITAL.

\_\_\_\_\_  
Empresa / Consórcio

(responsável - nome, cargo e assinatura)

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DAS  
OBRAS E SERVIÇOS, DA NATUREZA E DO ESCOPO DOS  
MESMOS

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

À

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Declaramos ter pleno conhecimento do local onde se desenvolverão as obras e/ou serviços, da natureza e do escopo dos mesmos, tendo ciência de todas as condições e eventuais dificuldades para sua execução, localização, inclusive quanto a necessidade de segurança patrimonial, condições do terreno, materiais de construção, acessos e condições climatológicas próprias do local.

\_\_\_\_\_  
Empresa / Consórcio

(responsável - nome, cargo e assinatura)



ANEXO XI

DECLARAÇÃO E COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE  
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

À

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Declaramos, sob as penas da lei, para a participação nesta Concorrência, que todas as empresas integrantes do nosso Consórcio formado exclusivamente por microempresa e/ou empresa de pequeno porte, quais sejam: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ se enquadram nos comandos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, [com certidão ou Termo de Enquadramento expedida(o) pela Junta Comercial, nos termos do artigo 8º da IN 103, de 30/04/07] e/ou [Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte expedida pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, nos moldes do art. 73, inciso IV, da LC nº. 123/06] ou [conforme a Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06]; e não estão inclusas nas vedações previstas no § 4º do artigo 3º.

Temos ciência que essa informação será utilizada somente para que o Consórcio não tenha que comprovar acréscimo sobre o valor exigido de Licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

\_\_\_\_\_  
Consórcio

(responsável - nome, cargo e assinatura)

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS  
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

À

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Pela presente, declaramos, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste EDITAL.

Declaramos, outrossim, que responderemos pela veracidade das informações ora prestadas, na forma da lei.

\_\_\_\_\_  
Empresa / Consórcio

(responsável - nome, cargo e assinatura)

ANEXO XIII

**CARTA PROPOSTA**

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**À SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Prezados Senhores,

Pela presente, apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sa., nossa Proposta relativa a CONCORRÊNCIA SEINFRA em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham ser verificados na sua preparação.

O valor total de nossa Proposta a ser considerado para fins desta Licitação, referido a da apresentação da Proposta é de:

R\$ xxxx(.....) referente a execução das obras, serviços e fornecimentos destinados a completa execução **dos serviços do sistema de drenagem pluvial do Bairro do Esplanada, no Município de João Pessoa/PB.**

Se nossa Proposta for aceita e considerada vencedora, concordamos, tacitamente, dentro do prazo estipulado pela SEINFRA, em assinar o Contrato.

Declaramos que possuímos plena capacidade para a execução do Contrato na forma licitada, que nossa Proposta está em estrita conformidade com Anteprojeto e demais condições estabelecidas pelo EDITAL; que o valor ofertado contempla integralmente e sem ressalvas, as exigências estabelecidas pelo EDITAL.

A validade desta Proposta é de xxx (xx) dias (mínimo 60 dias), prorrogável automaticamente por igual período, a contar da data de sua apresentação, salvo manifestação em contrário, de nossa parte, lavrada em tempo hábil.

\_\_\_\_\_  
Empresa / Consórcio

(responsável - nome, cargo e assinatura)

ANEXO XIV

ANEXO XIV DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DA  
PROPOSTA

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

À

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Declaramos que nossa Proposta está em estrita conformidade com o Anteprojeto, percentuais de desembolso projetados que respeitam os seus correspondentes estabelecidos pelo Cronograma Físico-Financeiro anexo ao EDITAL, que serão apresentados quando da solicitação pelo Agente de Contratação; e que o valor total ofertado contempla, integralmente, sem ressalvas, as exigências estabelecidas pelo EDITAL.

Declaramos, igualmente, conhecimento do rito estabelecido pelo EDITAL, em especial o modo de disputa fechado e aberto, as fases de negociação, a análise de efetividade da Proposta melhor classificada, e que temos conhecimento da lista de obrigações de resultado, para as quais proporemos as melhores soluções para a implantação das obras e serviços que se constituam em obrigações de resultado, conforme EDITAL, observado o rigor do cronograma geral, suas datas marco e prazo final para entrega.

\_\_\_\_\_  
Empresa / Consórcio

(responsável - nome, cargo e assinatura)

ANEXO XV

ANEXO XV TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Prezados Senhores,

A Proposta de \_\_\_\_\_ (Habilitação/Comercial) da \_\_\_\_\_, apresentada com fins de participação da Licitação em referência, é composta de \_\_\_\_\_ volume (s).

O presente documento é composto de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) folhas, inclusive esta, numeradas sequencialmente da folha \_\_\_\_\_ à \_\_\_\_\_, estando todo o conjunto devidamente rubricado.

Local e data

\_\_\_\_\_  
(assinatura e identificação do responsável legal/procurador da licitante)



ANEXO XVI

**DECLARAÇÃO NEGATIVA DE MANUTENÇÃO DE  
VÍNCULO DE QUALQUER NATUREZA**

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

À

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Declaramos que não mantemos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de João Pessoa ou com agente público que desempenhe função na Licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

\_\_\_\_\_  
Empresa / Consórcio

(responsável - nome, cargo e assinatura)

ANEXO XVII

DECLARAÇÃO QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE  
RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

À

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Declaramos que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, a exemplo do Decreto-lei nº 5.452, de 1º/05/1943 Art. 429, Lei nº 10.097/2000, Decreto nº 11.479, de 2023, Lei nº 8.213/91, Lei nº 13.146/2015)

\_\_\_\_\_  
Empresa / Consórcio

(responsável - nome, cargo e assinatura)

ANEXO XVIII

**DECLARAÇÃO QUE A PROPOSTA DE PREÇOS  
COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA  
ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS**

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

À

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Declaramos que nossa Proposta de preços compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das Propostas.

\_\_\_\_\_  
Empresa / Consórcio

(responsável - nome, cargo e assinatura)

ANEXO XIX

## DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

À

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Eu, (nome do profissional) \_\_\_\_\_, portador da carteira e registro no CREA nºs \_\_\_\_\_ ( ou CAU) (outro Conselho Profissional competente), declaro estar ciente e de acordo com a minha indicação **[pela empresa] [pelo Consórcio ]** \_\_\_\_\_, como coordenador ou responsável técnico pelos trabalhos objeto da Concorrência em referência, na função de (\*) \_\_\_\_\_.

- (\*) Coordenador pela Elaboração dos estudos e projetos.
- (\*) Responsável Técnico pela Elaboração dos estudos e projetos.
- (\*) Responsável Técnico pelas obras xxxxx.
- (\*) Responsável Técnico pelas demais obras. (definir)

\_\_\_\_\_  
Profissional  
(nome e assinatura)

\_\_\_\_\_  
Empresa / Consórcio  
(responsável - nome, cargo e assinatura)

ANEXO XX

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DAS VEDAÇÕES  
ESTABELECIDAS NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

À

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Declaramos sob as penas da lei, que nossa empresa encontra-se em situação regular, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

\_\_\_\_\_  
Empresa / Consórcio

(responsável - nome, cargo e assinatura)



ANEXO XXI

DECLARAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

À

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Declaramos de que, se adjudicatário do objeto da presente Concorrência, disponibilizaremos pessoal técnico competente e em número suficiente para a execução das obras e dos serviços que integram o objeto do EDITAL, que comporão as equipes técnicas que, efetivamente, executarão os trabalhos.

\_\_\_\_\_  
Empresa / Consórcio

(responsável - nome, cargo e assinatura)

ANEXO XXII

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS  
EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DAS  
OBRAS E SERVIÇOS

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

À

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Declaração de que, se adjudicatário do objeto da presente Concorrência, disporá dos equipamentos necessários à execução das obras e dos serviços, e que se responsabilizará pelo fornecimento e pela exigência do uso dos **equipamentos de proteção individual – EPIs e EPCs**.

\_\_\_\_\_  
Empresa / Consórcio

(responsável - nome, cargo e assinatura)

ANEXO XXIII

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

À

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Declaramos conhecimento pleno do EDITAL, submissão às condições nele estabelecidas, conhecimento do Anteprojeto que integra o EDITAL, ciência de suas condições, atestando nesta oportunidade o conjunto de serviços estabelecidos; e que temos conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da presente Concorrência.

\_\_\_\_\_  
Empresa / Consórcio

(responsável - nome, cargo e assinatura)

ANEXO XXIV

DECLARAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE DE  
PARTICIPAÇÃO. DE

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

À

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Declaramos que nossos sócios, gerentes ou diretores e seus cônjuges, companheiros ou parentes até terceiro grau, não são membros integrantes do Agente de Contratação ou servidores da Prefeitura Municipal de João Pessoa, na forma de legislação vigente.

\_\_\_\_\_  
Empresa / Consórcio

(responsável - nome, cargo e assinatura)

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO DE ÍNICIO DAS

Secretaria de Infraestrutura de João Pessoa

Av. Rio Grande do Sul, 721 - Estados, João Pessoa - PB, 58030-020

ANEXO XXV

OBRAS

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

À

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela execução dos trabalhos objeto desta Concorrência, **de que estaremos mobilizados e iniciaremos a execução das obras e dos serviços, de imediato ou no prazo máximo de 05 (cinco) dias,** contados da data de emissão da Ordem de Serviços.

\_\_\_\_\_  
Empresa / Consórcio

(responsável - nome, cargo e assinatura)

ANEXO XXVI

DECLARAÇÃO SOBRE **PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE  
MADEIRA** DE ORIGEM EXÓTICA, OU DE ORIGEM NATIVA  
DE PROCEDÊNCIA LEGAL.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

À

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Declaramos, sob as penas da Lei, que para a execução das obras e serviços quando objeto da Concorrência, somente utilizaremos produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Declaramos ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do Contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas.

\_\_\_\_\_  
Empresa / Consórcio

(responsável - nome, cargo e assinatura)



ANEXO XXVII

DECLARAÇÃO DE INTERDIÇÃO POR CRIMES  
AMBIENTAIS

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

À

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Declaramos, sob as penas da lei, que não nos encontramos interditados por crimes ambientais nos termos do artigo 10 da Lei 9605/98.

\_\_\_\_\_  
Empresa / Consórcio

(responsável - nome, cargo e assinatura)

ANEXO XXVIII

## DECLARAÇÃO ANTI CORRUPÇÃO.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

### À SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Nossa Empresa declara sob as penalidades cabíveis, que conduz seus negócios de forma a coibir a prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro e contra princípios da administração pública. São atos lesivos:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

#### IV – no tocante a licitações e Contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar Licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar Licitação pública ou Contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de Licitação pública ou celebrar Contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de Contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da Licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

\_\_\_\_\_  
Empresa / Consórcio

(responsável - nome, cargo e assinatura)

ANEXO XXIX

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE  
PROPOSTA

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

À

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Declaramos, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (i) nossa Proposta foi elaborada de maneira independente, e que o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (ii) a intenção de apresentar nossa Proposta não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (iii) não tentamos, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta Licitação, quanto a participar ou não da referida Licitação;
- (iv) o conteúdo de nossa Proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta Licitação, antes da adjudicação do objeto da referida Licitação;
- (v) o conteúdo de nossa Proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de João Pessoa antes da abertura oficial das Propostas; e
- (vi) que estamos plenamente cientes do teor e da extensão desta declaração e que detemos plenos poderes e informações para firmá-la."

\_\_\_\_\_  
Empresa / Consórcio

(responsável - nome, cargo e assinatura)

ANEXO XXX

**DECLARAÇÃO QUE NÃO UTILIZA MÃO DE OBRA  
ANÁLOGA À TRABALHO FORÇADO OU COMPULSÓRIO**

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

À

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Declaramos que não utilizamos mão de obra análoga à Trabalho Forçado ou Compulsório, em quaisquer de suas formas, em nossa cadeia produtiva.

\_\_\_\_\_  
Empresa / Consórcio

(responsável - nome, cargo e assinatura)

ANEXO XXXI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO  
SUPERVENIENTE

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

À

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Declaramos, sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo de habilitação após a emissão da nossa Ficha Cadastral pelo **XXXXXX**, mantendo as condições por ele exigidas..

\_\_\_\_\_  
Empresa / Consórcio

(responsável - nome, cargo e assinatura)

ANEXO XXXII CARTA DE FIANÇA - GARANTIA DE PROPOSTA

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Por este instrumento de Carta de Fiança, o Banco... (indicar nome, endereço e CNPJ), por seus representantes legais, declara constituir-se fiador solidário, sem benefício de ordem, com expressa renúncia dos benefícios dos artigos 827, 835 e 838 do Código Civil, da firma .... (nome, endereço e CNPJ), visando garantir, em todos os seus termos, nossa proposta oferecida à concorrência em epígrafe.

A presente garantia tem o valor de R\$ ..... (.....).

O prazo de validade desta fiança é de 3 (três) meses, contados da data da sua emissão.

Durante este período poderá ter o seu valor recebido, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação formal de Vossas Senhorias, independentemente da interferência ou autorização de nossa afiançada, ou de ordem judicial, bem como, caso a Concorrência ora afiançada sofra prorrogação, será prorrogada pelo mesmo período, mediante simples carta de solicitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA.

O Banco declara, sob as penas da lei, que o volume de fianças bancárias emitidas até a presente data observa os limites operacionais de exposição de risco estabelecidos pelos órgãos reguladores competentes.

Atestam os signatários que esta fiança não é gratuita e está regularmente contabilizada, satisfazendo as formalidades exigíveis, em especial a legislação bancária e demais resoluções, instruções e circulares do Banco Central do Brasil, achando-se os signatários devidamente autorizados à prática deste ato.

\_\_\_\_\_  
BANCO

TESTEMUNHAS

\_\_\_\_\_  
OBSERVAÇÕES:

- 1 - nome e assinatura dos representantes do banco
- 2 - reconhecer as firmas
- 3 - assinar duas testemunhas (nome e RG).
- 4 - dispensado o reconhecimento as firmas.



ANEXO  
XXXIII

PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE PROPOSTA POR CARTA DE  
FIANÇA

Ao

BANCO \_\_\_\_\_

Prezados Senhores,

Considerando a faculdade contida na Carta de Fiança nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ (data),  
fornecida por esse Banco para garantir o cumprimento da proposta à Concorrência SEINFRA nº  
\_\_\_\_\_, , vimos solicitar a prorrogação da garantia dada, por mais \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_) dias, uma vez que a aludida licitação está sendo  
prorrogada por igual período.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_

ANEXO XXXIV

SEGURO GARANTIA– GARANTIA DE PROPOSTA

**(Companhia Seguradora)**

Apólice nº \_\_\_\_\_ Termo de Contrato nº ..... Objeto:

A (Companhia Seguradora), em caráter de Garantidora, garante pelo presente instrumento a Segurada:

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA SEINFRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

CNPJ n.º 08.778.326.0001-56 Endereço: Rua Diógenes Chianca, Nº 1.777, Água Fria, João Pessoa, PB

as obrigações do Tomador: Razão Social: C.N.P.J, Endereço:

ou seja, garantia até o valor integral de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), data de referência \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, cuja comprovação dar-se-á com o envio da conclusão do processo administrativo da Segurada, na ocorrência de inadimplemento do Tomador em relação às obrigações assumidas em sua proposta oferecida à Concorrência SEINFRA nº xxx, permanecendo esta Apólice em vigor até o cumprimento integral dessas obrigações, independentemente de qualquer outra disposição em contrário constantes das Condições Gerais, Especiais e Particulares dessa modalidade de seguro, respeitadas as condições e termos estabelecidos pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados e que deverão acompanhar esta Apólice.

O prazo de validade desta Apólice é de 3 (três) meses contados a partir de sua emissão. Caso não tenha sido concluída licitação no prazo inicialmente estabelecido nesta Apólice, e desde que solicitado pelo Tomador e/ou Segurado, o Tomador e a Seguradora se comprometem a renová-la, antes de seu vencimento, nas mesmas condições originalmente contratadas.

Localidade e data

\_\_\_\_\_  
(assinatura da Cia. Seguradora com Firma Reconhecida)

ANEXOS: Certidão de Regularidade Operacional junto à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, em nome da Seguradora que emitir a apólice;

**IMPORTANTE:** Obrigatoriamente, deverá estar anexado a esta, o comprovante de quitação do prêmio.

ANEXO  
XXXV

## CARTA DE FIANÇA - GARANTIA DE CONTRATO

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

Por este instrumento de Carta de Fiança, o Banco... (indicar nome, endereço e CNPJ), por seus representantes legais, declara constituir-se fiador solidário, sem benefício de ordem, com expressa renúncia dos benefícios dos artigos 827, 835 e 838 do Código Civil, da firma .... (nome, endereço e CNPJ), visando garantir, em todos os seus termos, o termo de Contrato nº ..... , que tem o objeto.....

A presente garantia tem o valor de R\$ ..... (.....).

O prazo de validade desta fiança é de (\*) ..... (.....) dias, contados da data da sua emissão.

Durante este período poderá ter o seu valor recebido, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação formal de Vossas Senhorias, independentemente da interferência ou autorização de nossa afiançada, ou de ordem judicial, bem como, caso o termo de Contrato ora afiançado sofra prorrogação, será prorrogada pelo mesmo período, mediante simples carta de solicitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA.

O Banco declara, sob as penas da lei, que o volume de fianças bancárias emitidas até a presente data observa os limites operacionais de exposição de risco estabelecidos pelos órgãos reguladores competentes.

Atestam os signatários que esta fiança não é gratuita e está regularmente contabilizada, satisfazendo as formalidades exigíveis, em especial a legislação bancária e demais resoluções, instruções e circulares do Banco Central do Brasil, achando-se os signatários devidamente autorizados à prática deste ato.

\_\_\_\_\_  
BANCO

TESTEMUNHAS

\_\_\_\_\_  
OBSERVAÇÕES:

1 - nome e assinatura dos representantes do banco

2 - reconhecer as firmas

3 - assinar duas testemunhas (nome e RG).

4 - dispensado o reconhecimento as firmas.

(\*) Validade: obtida pela somatória dos seguintes prazos:

prazo contratual + **120 dias**

ANEXO  
XXXVI

PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE CONTRATO POR CARTA DE  
FIANÇA

Ao

BANCO \_\_\_\_\_

Prezados Senhores,

Considerando a faculdade contida na Carta de Fiança nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ (data), fornecida por esse Banco para garantir o cumprimento do termo de Contrato nº \_\_\_\_\_, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA e a \_\_\_\_\_ (nome da contratada), vimos solicitar a prorrogação da garantia dada, por mais \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias, uma vez que a aludida contratação está sendo prorrogada por igual período.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_

ANEXO XXXVII

**SEGURO GARANTIA EXECUTANTE – GARANTIA DE  
CONTRATO**

**(Companhia Seguradora)**

Apólice nº \_\_\_\_\_ Termo de Contrato nº ..... Objeto:

A (Companhia Seguradora), em caráter de Garantidora, garante pelo presente instrumento a Segurada:

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA SEINFRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

CNPJ n.º 08.778.326.0001-56 Endereço: Rua Diógenes Chianca, Nº 1.777, Água Fria, João Pessoa, PB

as obrigações do Tomador: Razão Social: C.N.P.J, Endereço:

ou seja, garantia até o valor integral de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), data de referência \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, cuja comprovação dar-se-á com o envio da conclusão do processo administrativo da Segurada, na ocorrência de inadimplemento do Tomador em relação às obrigações assumidas no Contrato, permanecendo esta Apólice em vigor até o cumprimento integral dessas obrigações, independentemente de qualquer outra disposição em contrário constantes das Condições Gerais, Especiais e Particulares dessa modalidade de seguro, respeitadas as condições e termos estabelecidos pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados e que deverão acompanhar esta Apólice.

O prazo de validade desta Apólice é de ..... dias (\*) contados a partir de sua emissão. Caso não tenha sido concluído o escopo contratual no prazo inicialmente estabelecido nesta Apólice, e desde que solicitado pelo Tomador e/ou Segurado, o Tomador e a Seguradora se comprometem a renová-la, antes de seu vencimento, nas mesmas condições originalmente contratadas.

O Tomador se responsabiliza em manter a Apólice de Seguro Garantia vigente até a emissão do R.D.O. (Recebimento Definitivo de Obras, Serviços ou Materiais e Devolução de Garantias) pelo Gestor do Contrato, encaminhando ao Gestor do Contrato cópia do respectivo Endosso.

Localidade e data

\_\_\_\_\_  
(assinatura da Cia. Seguradora com Firma Reconhecida)

ANEXOS: Certidão de Regularidade Operacional junto à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, em nome da Seguradora que emitir a apólice;

(\*) Validade: obtida pela somatória dos seguintes prazos: prazo contratual + **120 dias**

**IMPORTANTE: Obrigatoriamente, deverá estar anexado a esta, o comprovante de quitação do prêmio**

ANEXO XXXVIII

**TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS NATUREZA PATRIMONIAIS DOS  
PROJETOS EXECUTIVOS – SEM LIMITE TEMPORAL**

(este documento será um dos anexos do futuro contrato)

....., de ..... de ....

Ref: CONCORRÊNCIA SEINFRA nº (.....)

CEDENTE - EMPRESA (ou CONSÓRCIO) [dados completos de qualificação], sob responsabilidade técnica de [nome e dados de qualificação], [engenheiro, arquiteto/com registro no CREA ou CAU sob o nº ....., identidade e CPF, residente e domiciliado em [endereço completo]

CESSIONÁRIO -, PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, com sede à Rua Diógenes Chianca, nº 1.777, Água Fria, inscrita no CNPJ nº 08.778.326.0001-56, representada neste ato pelo Senhor Secretário de Infraestrutura, RG Nº ....., CPF Nº .....,

Ajustam, para todos os fins e conforme as disposições a seguir dispostas, o presente termo de Cessão Total de Direitos Autorais Natureza Patrimoniais dos Projetos Básicos e Executivos desenvolvidos e apresentados.

O CEDENTE, em caráter gratuito, total, irrevogável, irretratável, cede e transfere ao CESSIONÁRIO todos e quaisquer direitos autorais de natureza patrimonial sobre os projetos básicos e executivos que vierem a ser realizados no âmbito do Contrato decorrente da licitação, em obediência ao Art. 93 da Lei nº 14133/21, nos termos da Lei nº 9610/98, e suplementarmente, as regulamentações expedidas pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, quando couber.

A exclusividade de que trata o item anterior será oponível inclusive ao CEDENTE.

**Em face da presente cessão e transferência de direitos autorais o CESSIONÁRIO está autorizado a conferir aos projetos básicos e executivos as mais variadas modalidades de utilização, fruição e disposição, sem qualquer restrição de espaço, idioma, quantidade de exemplares, número de veiculações, emissões, transmissões e/ou retransmissões, incluindo os direitos de divulgação em qualquer tipo de mídia, existente ou que venha a existir, desde que, na divulgação, conste o crédito aos profissionais responsáveis pela elaboração dos projetos.**

**Na hipótese de posterior alteração do projeto pela Administração Pública, o autor deverá ser comunicado, e os registros serão promovidos nos órgãos ou entidades competentes, conforme o Art. 93 §3º da Lei nº 14133/21.**

O CESSIONÁRIO poderá indicar ou anunciar o nome dos autores dos projetos na forma que considerar mais adequada em quaisquer divulgações, inclusive nas hipóteses de alterações, sendo estas conforme conceito da Lei nº 9610/98 Art 5º, inc VIII.

O CESSIONÁRIO poderá reutilizar os documentos técnicos e/ou projetos básicos e executivos originais para outras áreas ou localidades além daquela para a qual foram originalmente feitos, com as adaptações técnicas que considerar necessárias, sendo que o CEDENTE não será remunerado por essa reutilização

O CEDENTE fará constar em todos os documentos que venham a compor os projetos básicos e executivos originais, ou em parte deles, a critério do CESSIONÁRIO, o teor da cessão de direitos autorais e autorizações e, com destaque, a inscrição “PROPRIEDADE DE [NOME DO ÓRGÃO PÚBLICO]”



O CEDENTE declara ser o legítimo e exclusivo autor e criador dos projetos executivos originais, comprometendo-se a responder por todos e quaisquer danos causados ao CESSIONÁRIO e a terceiros em decorrência da violação de quaisquer direitos, inclusive de propriedade intelectual.

Em face de eventual reivindicação apresentada ao CESSIONÁRIO por terceiros, relativa a quaisquer direitos sobre os projetos executivos originais ou direitos neles incluídos, o CEDENTE deverá adotar, às suas exclusivas expensas, todas as providências necessárias para assegurar ao CESSIONÁRIO o exercício de seus direitos, respondendo exclusivamente por quaisquer infrações de caráter civil ou criminal.

**Caso o CESSIONÁRIO, por questões referentes a direitos sobre os PROJETOS ou direitos neles incluídos, venha a ser acionado judicialmente, o CEDENTE, além de colaborar para a defesa do CESSIONÁRIO e fornecer os subsídios necessários, assumirá o pólo passivo da demanda.**

Por derradeiro, nesta oportunidade, o CEDENTE cede todos os direitos autorais de natureza patrimoniais relativos aos Projetos Básicos e Executivos, sem limite temporal, para o CESSIONÁRIO, hipótese em que poderão ser livremente utilizados e alterados por ela em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização de seu autor.

Localidade e data

\_\_\_\_\_  
(assinaturas)

CEDENTE - EMPRESA (ou CONSÓRCIO)

\_\_\_\_\_  
PROJETISTA – EMPRESA

\_\_\_\_\_  
PROJETISTA – PROFISSIONAL (AIS) (CREA/CAU)



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D1A3-5A0D-16EF-CB84

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



KHRISTIANE BOUDOUX SILVA (CPF 675.XXX.XXX-59) em 12/05/2026 16:03:56 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/D1A3-5A0D-16EF-CB84>